



**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
MARECHAL CASTELLO BRANCO**

TC QMB FABIO DOS SANTOS MORENO

**A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA MINUSCA: LEGADO
DA MINUSTAH, NA EXPRESSÃO POLÍTICA**



Rio de Janeiro
2018



TC QMB FABIO DOS SANTOS **MORENO**

A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA MINUSCA: LEGADO DA MINUSTAH, NA EXPRESSÃO POLÍTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Orientador: TC Inf RÔMULO NASCIMENTO PINHO

Rio de Janeiro

2018

M843p Moreno, Fabio dos Santos

A participação do Brasil na MINSUCA: Legado da MINUSTAH, na Expressão Política / Fabio dos Santos Moreno. —2018.

67 f.: il.; 30 cm.

Orientação: Rômulo Nascimento Pinho

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares).—Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), 2018.

Bibliografia: f. 62-67.

1. MINUSTAH. 2. LEGADO. 3. MINUSCA. 4. Poder Nacional. I. Título.

CDD 327.810967

TC QMB FABIO DOS SANTOS **MORENO**

**A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA MINUSCA: LEGADO DA
MINUSTAH, NA EXPRESSÃO POLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando
e Estado-Maior do Exército, como
requisito parcial para a obtenção do
título de Especialista em Ciências
Militares.

Aprovado em ____/____/18.

COMISSÃO AVALIADORA

Rômulo Nascimento Pinho – TC Inf – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Glauber Corrêa Netis Teles – TC Inf – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Sidney Marinho Lima – TC QMB – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa e ao meu jovem filho,
uma homenagem pela compreensão em
me terem distante por tantas vezes.

AGRADECIMENTOS

Ao orientador TC Inf Rômulo Nascimento Pinho meus sinceros agradecimentos pela orientação firme e oportuna que contribuíram decisivamente para a qualidade deste trabalho.

À minha esposa Renata, minha “miúda”, por todo amor, carinho, companheirismo e apoio durante os anos em que caminhamos juntos. Agradeço sua presença em minha vida e a ajuda para superar todos os momentos difíceis.

Ao meu filho Lucas que, em seus 14 anos de existência, enche nossas vidas de alegria.

A todos aqueles companheiros do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército que, direta ou indiretamente, colaboraram para que este trabalho fosse concluído.

Quando é necessário mudar?
Antes que seja necessário (CLAUS MULLER).

RESUMO

No mesmo ano em que a Organização das Nações Unidas decidiu pelo término da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), o Governo brasileiro foi convidado a participar, com um batalhão de Força de Paz na Missão Multidimensional das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA). Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo verificar se haveria projeção de poder pelo Brasil frente à uma provável participação de grande contingente de militares brasileiros na República Centro-Africana (RCA). Para isso, foram destacados aspectos teóricos importantes acerca do Poder Nacional, passando por pontos relevantes, como a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa brasileiras e as suas ligações com a participação do Brasil em operações de paz. Por conseguinte, decidiu-se revisitar a bibliografia que abarca a recente e exitosa participação brasileira na estabilização daquele país caribenho. Tal passo teve por objetivo verificar os aspectos positivos colhidos no Haiti para posterior estudo de possível projeção para a MINUSCA. Nessa oportunidade, foram observados pontos singulares sobre as ações das tropas brasileiras, tais como o trabalho desenvolvido pela Engenharia, a solidariedade do brasileiro para com o povo haitiano, bem como a maneira peculiar de atuação dos militares, que ficou conhecida como *Brazilian Way of Peacekeeping*, constituindo-se no legado brasileiro. Tudo isto aliado à permanência ininterrupta do *Force Commander* brasileiro durante todo o transcurso da missão. Finalmente, buscou-se observar a situação recente da RCA, concluindo sobre os possíveis fatores de projeção de poder do Brasil em caso de participação na MINUSCA.

Palavras-chave: MINUSTAH, legado, MINUSCA, Poder Nacional.

ABSTRACT

On the same year when the United Nations decided that the UN Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) would close Brazilian Government was invited to Join the United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic (MINUSCA) with one Brazilian infantry battalion. Therefore, this work aimed to find out if there would be Brazil's national power projection in case of deployment of Brazilian troops in that Country. To achieve that goal theoretical aspects regarding national power were studied, passing through relevant points as of Brazilian's Defense National Politic and Defense National Strategy, focusing on their relation to the participation of Brazil in peace operations. Thus, part of the bibliography related to MINUSTAH was read in order to check what aspects were responsible for the Brazilian success in that Caribbean Country. That step was taken to try to project that know-how onto MINUSCA. At that opportunity single points related to Brazilian troops activities were pointed out as the important works developed by Brazilian Engineering Company (BRAGENCOY) and the peculiar behavior of its soldiers known as Brazilian Way of Peacekeeping. All those characteristics are the Brazilian legacy. Important to be highlighted is that during the 13 years all MINUSTAH Force Commanders were from Brazilian Army. Finally, this work observed the current situation in Central African Republic, concluding over possible aspects of Brazilian's power improvement in case of operating with troops at MINUSCA.

Key-words: MINUSTAH, legacy, MINUSCA, national power.

LISTA DE ABREVIATURAS

Ba Ap Log Ex	Base de Apoio Logístico do Exército
BI F Paz	Batalhão de Infantaria de Força de Paz
BINUCA	Escritório de Consolidação da Paz das Nações Unidas na RCA
BRABATT	<i>Brazilian Battalion</i>
BRAENGCY	<i>Brazilian Engineering Company</i>
<i>BWP</i>	<i>Brazilian Way of Peacekeeping</i>
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CLACH	Célula Logística de Apoio ao Contingente no Haiti
CF	Constituição Federal
COLOG	Comando Logístico
CONTBRAS/Haiti	Contingente Brasileiro de Força de Paz no Haiti
COTer	Comando de Operações Terrestres
Cia E F Paz	Companhia de Engenharia de Força de Paz
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DDR	Programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
DPKO	Departamento de Operações de Paz da Organização das Nações Unidas
EAOP	Exercício Avançado de Operações de Paz
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
Embraer	Empresa Brasileira de Aeronáutica
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
EMT	Equipes Móveis de Treinamento
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
EUFOR/RCA	Força da União Europeia na República Centro-Africana
FAB	Força Aérea Brasileira
IAPTC	<i>International Association of Peacekeeping Training Center</i>
MEM	Material de Emprego Militar
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MINURSO	Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental
MINUSCA	Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização da República Centro Africana
MISCA	Missão Internacional de Suporte na República Centro Africana
MONUSCO	Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OMP	Operações de Manutenção de Paz
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEB	Política Externa Brasileira
PN	Poder Nacional
PND	Política Nacional de Defesa

PNH	Polícia Nacional do Haiti
PEEx	Planejamento Estratégico do Exército
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PEA	População Economicamente Ativa
RCA	República Centro-Africana
SisCTID-MD	Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa - Ministério de Defesa
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNFICYP	Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre
UNIFIL	Força Interina das Nações Unidas no Líbano
UNISFA	Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei
UNMISS	Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul
UA	União Africana

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 01	Expressão Política do PN-----	23
Quadro 02	Expressão Psicossocial do PN-----	23
Quadro 03	Expressão Militar do PN-----	24
Quadro 04	Expressão Econômica do PN-----	24
Quadro 05	Expressão Científico-Tecnológica do PN-----	25
Quadro 06	Motivações do Brasil para participar das operações de paz----	29
Quadro 07	Acervo de obras da BRAENGCOY-----	38
Figura 01	Fotografia de monitor de televisão-----	39
Figura 02	Slide sobre interesse na atuação brasileira em missões de paz-----	45
Quadro 08	Atividades desempenhadas após o terremoto de 2010-----	46
Figura 03	Então Quartel-General da MINUSTAH após o terremoto de 2010-----	47
Quadro 09	Especificações Técnicas do C-130 e do KC-390-----	49
Figura 04	Fuzil de Assalto 5,56 mm IA2-----	49
Figura 05	República Centro-Africana-----	53
Figura 06	Disposição das Forças da ONU (2016)-----	54

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	O PROBLEMA.....	15
1.2	OBJETIVOS.....	16
1.2.1	Objetivo Geral	16
1.2.2	Objetivos Específicos	16
1.3	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	17
1.4	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	19
1.5	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1	O PODER NACIONAL.....	21
2.2	A PROJEÇÃO DO PODER NACIONAL.....	22
2.3	AS EXPRESSÕES DO PODER NACIONAL.....	22
2.4	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	26
2.5	A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA E A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA.....	28
3	METODOLOGIA	31
3.1	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	31
3.2	CONCEPÇÃO METODOLÓGICA.....	32
3.3	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	32
4	A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO HAITI: O LEGADO DA MINUSTAH	33
4.1	O BRASIL E OS ORGANISMOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	33
4.2	LIÇÕES APRENDIDAS NOS PRIMEIROS CONTINGENTES.....	36
4.3	O LEGADO DEIXADO PELA ENGENHARIA BRASILEIRA.....	38
4.4	O COMPORTAMENTO EXEMPLAR DO SOLDADO BRASILEIRO.	39
4.5	A PARTICIPAÇÃO DA LOGÍSTICA NA PROJEÇÃO DE PODER NO HAITI.....	41
4.6	O CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL...	43
4.6.1	A Projeção Internacional do CCOPAB	44
4.7	AS AÇÕES HUMANITÁRIAS.....	46
4.8	A UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS MILITARES NACIONAIS.....	47
5	A MINUSCA E A REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA	51

5.1	ASPECTOS GEOGRÁFICOS E DE INFRAESTRUTURA.....	52
5.2	A MINUSCA.....	53
5.2.1	O Mandato.....	53
5.2.2	As Forças Desdobradas.....	54
6	CONCLUSÃO.....	56
7	REFERÊNCIAS.....	62

1. INTRODUÇÃO

A República Centro-Africana (RCA) é um país localizado na região central da África, fazendo fronteira a leste com o Sudão do Sul, a nordeste com o Sudão, a norte com o Chade, a sul com a República Democrática do Congo e com a República do Congo, e a oeste com Camarões. A cidade de Bangui é a capital e, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o país possui 4,6 milhões de habitantes (BRASIL ESCOLA, 2018).

No final do século XIX, a França havia ocupado diversas regiões no continente africano, dentre elas a RCA. Nos anos de 1950, o país obteve a soberania e passou a se chamar República Centro-Africana, conquistando a independência na década seguinte.

Após cerca de três décadas de governos militares de grande instabilidade política, foram realizadas eleições, em 2005. O General François Bozizé, líder de um golpe militar, em 2003, e responsável pelo estabelecimento de um governo de transição, foi confirmado como presidente. Foi reeleito em 2011 em um processo eleitoral com suspeitas de fraude, resultando no surgimento de grupos descontentes com a situação (CAMPOS *et al*, 2016).

No final de 2012 eclode um conflito armado entre o governo local e rebeldes, A partir daí, surgem diversos grupos rebeldes afetos a questões de sectarismo étnico e religioso entre grupos cristãos e muçulmanos, levando instabilidade à região. Houve atrocidades em massa, com execuções, estupros e saques, além do fomento à tensão religiosa, onde 80% da população é cristã. Tal realidade resultou em grande número de mortos e feridos decorrentes dos atos de violência contra civis, levando milhares de centro-africanos a se deslocarem ou a se refugiarem em países próximos (CAMPOS *et al*, 2016).

Campos (2016), asseverou que a situação no país fez com que o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) por meio da Resolução 2127, de 5 de dezembro de 2013, aprovasse por unanimidade a criação da missão de paz da União Africana, batizada de *Mission Internationale de Soutien à la Centrafrique sous Conduite Africaine* (MISCA), posteriormente transformada em Missão Multidimensional Integrada de Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA).

A Carta das Nações Unidas, assinada em junho de 1945, estabelece, entre outras disposições, que suas Nações-membros devem praticar a tolerância e viver em

paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais (ONU, 1948).

O recente convite oficial daquela Organização supranacional para o envio de tropas brasileiras para a Missão Multidimensional das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA) poderia representar o início de mais uma importante missão a ser desempenhada pelo Brasil, potencializando a projeção do País no concerto internacional.

A Política Externa Brasileira (PEB) busca aumentar a participação do Brasil no sistema internacional. Neste cenário, a perspectiva de maior participação brasileira nas Operações de Manutenção de Paz (OMP) da ONU em futuro próximo, no caso em estudo na RCA, deveria ser um vetor eficaz para a projeção de seu Poder Nacional (PN) no cenário internacional (PINTO, 2013).

O Exército Brasileiro, desde 1957, tem participado de Operações de Paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU). A partir da década de 1990, a ONU incrementou mais missões de paz do que em todo o período da guerra-fria. O Brasil passou a acompanhar este incremento, aumentando seu número de participações em operações internacionais dessa natureza (FONTOURA apud MACHADO, 2009).

O ponto alto dessa linha crescente do envolvimento brasileiro na manutenção da paz internacional e, conseqüentemente, de maior protagonismo mundial, surgiu da participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), de 2004 a 2017.

Do exposto, depreende-se que o convite formal da ONU para a participação de tropas brasileiras em território centro-africano, em OMP, iria justamente ao encontro das aspirações da PEB, no que se refere à posição de relevância que o Brasil busca alcançar nos foros decisórios internacionais.

Este trabalho visará, então, verificar as contribuições que a referida participação poderá trazer (em caso de futura participação), de forma a ampliar a projeção do Poder Nacional do Brasil.

1.1 O PROBLEMA

A fim de verificar as conseqüências daquela participação em OMP, foi formulado o seguinte problema:

Quais os principais legados da participação brasileira na MINUSTAH que, caso projetados na MINUSCA, poderiam contribuir para o incremento da expressão política do Poder Nacional brasileiro?

1.2 OBJETIVOS

Segundo Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) (2009), a redação dos objetivos deve ser extremamente breve quanto ao que se pretende obter nos diversos níveis que forem pertinentes para a realização da pesquisa em questão. Tal exposição deve ser inteligível mesmo para pessoas não especializadas na disciplina em cujo contexto se formula e se realiza a pesquisa. Assim, esta pesquisa apresenta o objetivo geral e os objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

A Participação do Brasil no Haiti deixou legados que possam contribuir para a projeção do Poder Nacional em caso de envio de contingente¹ para a RCA? Ao responder a essa pergunta, este trabalho apresenta o seguinte objetivo a seguir:

Levantar o legado da participação brasileira na MINUSTAH e sua possível contribuição para a projeção do Brasil, na expressão política, em caso de atuação na MINUSCA.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral supracitado, o trabalho formulou quatro objetivos específicos os quais tem por finalidade o desencadeamento lógico do raciocínio, a saber:

a. Suscitar assuntos relacionados à Política Externa Brasileira (PEB), ao desenvolvimento do Poder Nacional, bem como à Política e à Estratégia Nacionais de Defesa do Brasil, todos relacionados às missões de paz;

¹ Contingente - normalmente é um termo usado para caracterizar um “contingente militar”, que, para efeitos do presente trabalho, é definido como um conjunto organizado de meios e efetivos militares brasileiros, podendo ser originados de uma, algumas ou todas as nossas Forças Armadas. No entanto, também é possível incluir Policiais Cívicos, Observadores (Militares ou Cívicos), Agentes de Organizações Humanitárias e, até mesmo civis, como membros do Poder Judiciário (Eleitoral) que tem participação esporádica (BEIRÃO, 2008).

- b. Analisar a participação do Brasil no Haiti, com foco nos seus aspectos relevantes e no legado para o Brasil;
- c. Verificar aspectos relacionados à MINUSCA e à RCA; e
- e. Como conclusão, projetar na eventual participação do Brasil na MINUSCA os aspectos da MINUSTAH que tenham contribuído para o incremento do Poder Nacional.

1.3. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

De forma sucinta, esta seção tem por objetivo apresentar os aspectos mais relevantes que justificam a realização da presente pesquisa.

O Brasil já participou de mais de 50 operações de paz e missões similares, tendo contribuído com mais de 50 mil militares, policiais e civis (BRASIL, 2018a).

Atualmente, participa com cerca de 1.300 militares em oito operações de paz: MINURSO (Saara Ocidental); MINUSCA (República Centro-Africana); UNFICYP (Chipre); UNIFIL (Líbano), com *Force Commander* brasileiro; MONUSCO (República Democrática do Congo), cujo comandante foi o General-de-Divisão Carlos Alberto dos Santos Cruz, do Exército Brasileiro; UNISFA (Abyei); e UNMISS (Sudão do Sul).

Segundo publicado por Defesanet (2017), Jean-Pierre Lacroix, chefe do Departamento de Operações de Paz (DPKO – sigla em Inglês) da Organização das Nações Unidas, em visita oficial ao Brasil, declarou que as tropas brasileiras têm relevância em um novo cenário mundial repleto de desafios a ser enfrentado pela ONU. Adicionalmente, Lacroix classificou o Brasil como “um parceiro muito importante para as missões de paz da ONU, por todo o seu histórico de colaboração, mas, mais recentemente, pela atuação no âmbito da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). O chefe do DPKO declarou, ainda, que os brasileiros tiveram papel muito importante em muitas missões, e no caso do Haiti, eles realmente fizeram a diferença, não só na área de segurança em Porto Príncipe, como também tiveram um comportamento excelente na área de relações com a população e com as autoridades haitianas.

Essa presença nos empreendimentos pela paz, além de projetar o Brasil no âmbito dos próprios organismos internacionais e atuar como instrumento da política externa brasileira, permitiu a formação do que poderíamos chamar de uma “cultura de operações de manutenção da paz”. (AGUILAR, 2007).

Ademais, Aguilari (2007) descreve uma breve concepção particular de cultura. Ele entende cultura como sendo composta de estruturas psicológicas por meio das quais os indivíduos ou grupos de indivíduos guiam seu comportamento; e que desenvolver operações de paz envolve uma gama de aspectos como vontade, princípios, estratégias, táticas e habilidades que fazem parte de uma experiência acumulada por um longo tempo executando essa atividade. Dessa forma, aquele autor infere que há uma maneira peculiar de gerenciar ou de resolver conflitos, com a utilização de atributos peculiares do povo brasileiro em prol de ações práticas que extrapolam o escopo das operações de paz e que, por isso mesmo, colaboram de maneira ímpar para os esforços das organizações internacionais.

O estudo de novas tendências nas operações de paz da ONU está diretamente ligado aos interesses nacionais. A Política Nacional de Defesa (PND) de 2012 estabelece entre seus objetivos que o Brasil deverá aperfeiçoar o preparo das Forças Armadas para desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais, como a ONU, para ampliar a projeção internacional do país (PND, 2012, p.33 *apud* AMÉRICO, 2016).

Além disso, conforme Pinheiro² (2017), atendendo a evento realizado no Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil, na capital fluminense, disse esperar que o Brasil aplique na República Centro-Africana as lições aprendidas em 13 anos de liderança militar da MINUSTAH. Segundo a matéria publicada, o General Ajax declarou que a RCA possui área muito maior que a do Haiti, destacando que as tropas se deslocarão muito mais durante as ações e que estarão mais tempo afastadas das bases. Acrescentou que atuam no território centro-africano em torno de dez grupos armados que lutam entre si e que não têm chegado a um acordo, e finalizou comparando novamente com a MINUSTAH ao apontar que na missão naquele país caribenho as ações se davam basicamente nas cidades e que na África elas se darão, majoritariamente, em ambiente rural.

Do exposto, é possível inferir que as tropas brasileiras enfrentarão novos desafios, ao atuar em ambiente operacional bastante diverso daquele encontrado no Haiti. Além disso, a característica peculiar de operar pela manutenção da paz do brasileiro pode ser vetor de relevância para o cumprimento das missões que por

² O General brasileiro Ajax Porto Pinheiro foi o último comandante das forças militares das Nações Unidas no Haiti.

ventura se apresentem na RCA, ressaltando as diversas contribuições que toda essa vasta experiência em operações poderá se somar no esforço de projeção do Poder Nacional.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Lakatos e Marconi (2000) afirmam que o processo de delimitação do tema ocorre quanto aos aspectos: assunto, geográfico e temporal. Com isso, a pesquisa em tela será delimitada conforme abaixo:

a. Aspectos relacionados à MINUSTAH e à MINUSCA:

- 1) O legado da participação brasileira na MINUSTAH;
 - 2) A MINUSCA;
 - 3) O foco da pesquisa será no levantamento prospectivo dos principais aspectos que podem contribuir para a projeção do PN do Brasil, na expressão política;
- e

4) O estudo estará limitado à análise documental e bibliografia disponível sobre o assunto no Brasil e na Rede Mundial de Computadores.

b. Aspecto temporal:

O presente estudo traçará um panorama do legado deixado pela participação dos contingentes brasileiros nos Batalhões Brasileiros (BRABATT) no Haiti. Discorrerá acerca da República Centro-Africana e da MINUSCA, projetando para o futuro o legado da MINUSTAH.

1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Mesmo com a recente decisão do governo brasileiro de não enviar tropas brasileiras para a MINUSCA, pode ser real o envio de contingente brasileiro para região conflagrada na RCA em um futuro próximo. Sob este prisma, os ensinamentos colhidos na MINUSTAH devem ser processados pelos setores responsáveis pela doutrina no Exército Brasileiro, de tal sorte que sejam incorporados pelas organizações militares designadas para missões de paz. Nesse contexto, o Estado-Maior do Exército (EME) é o responsável pela elaboração da Política Militar Terrestre, pelo Planejamento Estratégico do Exército (PEEx) e pela emissão de diretrizes

estratégicas que orientem o preparo e o emprego da Força Terrestre, visando ao cumprimento da destinação constitucional e das atribuições subsidiárias do Exército e de operações de paz (BRASIL, 2018b).

Assim, a relevância dessa pesquisa se encontra na prospecção de possíveis fatores evidenciados por ocasião da MINUSTAH que se constituíram em contribuidores para ampliar o Poder Nacional.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção tem por objetivo apresentar tópicos importantes para o entendimento multidisciplinar que envolve a presente pesquisa. Para fins de fundamentação do trabalho no tocante ao assunto Poder Nacional, tornar-se-á necessário abordar conceitos relevantes que envolvem a Política Externa Brasileira (PEB), a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e, ainda, as Expressões do Poder Nacional.

2.1 O PODER NACIONAL

Para o adequado entendimento do Poder Nacional (PN), será necessário, inicialmente, apresentar a definição de Objetivos Nacionais brasileiros.

Objetivos Nacionais (ON) – são aqueles que a Nação busca satisfazer, em decorrência da identificação de necessidades, interesses e aspirações, em determinada fase de sua evolução histórico-cultural (BRASIL, 2014).

O Manual Básico da Escola Superior de Guerra (ESG) traça um raciocínio lógico para se chegar ao conceito de Poder Nacional, partindo da premissa de que ele se apresenta como uma conjugação, interdependente de vontades e meios, voltada para o alcance de uma finalidade (BRASIL, 2014).

Após breve desencadeamento de ideias, Brasil (2014) apresenta, finalmente, o conceito de Poder Nacional, como sendo a capacidade que tem o conjunto de homens e meios que constituem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional.

A mesma publicação descreve diversos fatores que condicionam os Objetivos Nacionais, tais como os internos e os externos. Particularmente em relação aos fatores externos:

As relações internacionais determinam condições ou circunstâncias que ampliam ou restringem, que estimulam ou limitam o poder e o prestígio das nações e influenciam no resultado da cooperação, da competição e do conflito entre elas, em todos os setores da atividade humana (BRASIL, 2014).

Brasil (2014) afirma, também, que a análise da estrutura do PN deve envolver tanto os elementos que o constituem, como também as relações entre eles. Desse modo, 4 aspectos o estruturam: fundamentos, fatores, organizações e funções.

2.2 A PROJEÇÃO DO PODER NACIONAL

As manifestações positivas das Expressões do PN impulsionam a projeção do Poder Nacional.

Esta afirmação é confirmada por Brasil (2014, p.47) ao descrever que a sua projeção pode decorrer naturalmente ou como resultado desejado de uma **afirmação pacífica de presença no contexto internacional**, sendo resultante de manifestações de todas as Expressões do Poder Nacional. (grifo nosso)

Nesse sentido, é possível conceituar Projeção do Poder Nacional.

Projeção do Poder Nacional é o processo pelo qual a Nação aumenta, de forma pacífica, sua influência no cenário internacional, por intermédio da manifestação produzida com recursos de todas as Expressões de seu Poder Nacional (BRASIL, 2014).

2.3 AS EXPRESSÕES DO PODER NACIONAL

Nesta seção, serão apresentadas as cinco Expressões do Poder Nacional, conforme preconizado por BRASIL (2013). Esta finalidade visará elencar os principais Fundamentos do Poder Nacional que podem ser projetados como reflexo da participação do Brasil na MINUSCA.

Este estudo buscará identificar quais os aspectos mais significativamente viáveis para serem impactados, levando à ampliação.

O Poder Nacional deve ser sempre entendido como um todo, uno e indivisível. Entretanto, para compreender os elementos estruturais anteriormente referidos, podemos estudá-lo segundo suas manifestações, que se processam por intermédio de cinco Expressões, a saber: política; econômica; psicossocial; militar; e científica e tecnológica (BRASIL, 2014).

Nesse mesmo viés, BRASIL (2013) apresenta as cinco Expressões e seus elementos de forma mais detalhada, conforme quadros abaixo, o que permitirá realizar, em capítulo posterior, observações sobre os aspectos da participação brasileira na MINUSTAH capazes de influenciar positivamente o Poder Nacional:

Expressão Política				
<p>1. SITUAÇÃO GEOPOLÍTICA</p> <p>2. CONDICIONAMENTOS HISTÓRICOS</p> <p>3. SISTEMA JURÍDICO</p> <p>a. Legalidade</p> <p>4. ESTADO</p> <p>a. Formas de</p> <p>b. Cidadania</p> <p>c. Constituição</p> <p>d. Símbolos Nacionais</p> <p>e. Limites</p> <p>f. Fronteiras</p>	<p>g. Território</p> <p>h. Soberania</p> <p>i. Autodeterminação</p> <p>j. Áreas vitais</p> <p>k. Povo</p> <p>l. Sociedade</p> <p>m. Nação</p> <p>n. Serviço de inteligência</p> <p>o. Diplomacia</p> <p>p. Organização político-administrativa</p>	<p>5. PODERES</p> <p>a. Executivo</p> <p>b. Legislativo</p> <p>c. Judiciário</p> <p>6. SISTEMA POLÍTICO</p> <p>a. Governo ou autoridade</p> <p>b. Legitimidade</p> <p>c. Governabilidade</p> <p>d. Governança</p> <p>e. Formas de Governo</p> <p>f. Sistema de Governo</p> <p>g. Regime político</p>	<p>h. Princípio da autoridade</p> <p>i. Política interna</p> <p>j. Cultura política</p> <p>k. Doutrinas e ideologias</p> <p>l. Pressão</p> <p>m. Eleição</p> <p>n. Partidos políticos</p> <p>o. Lobbies</p> <p>p. Qualidade e atitude do eleitorado</p> <p>q. Instituições políticas</p>	<p>r. Elites e lideranças políticas</p> <p>s. Política externa</p> <p>t. Afinidade e antagonismo</p> <p>u. Política de governo/Políticas públicas</p> <p>v. Defesa e segurança pública</p> <p>w. Representação política</p> <p>x. Movimentos populares</p>

Quadro Nr 01: Expressão Política do PN.

Fonte: adaptado de Brasil (2013).

Expressão Psicossocial				
<p>1. CULTURA</p> <p>a. Antecedentes históricos</p> <p>b. Instituições sociais</p> <p>c. Nacionalidades e etnias</p> <p>d. Língua oficial e dialetos</p> <p>e. Costumes e tradições</p> <p>f. Cidadania</p> <p>g. Exemplo</p> <p>2. NÍVEL DE BEM ESTAR DA SOCIEDADE</p> <p>a. Dignidade da Pessoa Humana</p>	<p>b. Indicadores em saúde</p> <p>c. Renda</p> <p>d. Salário</p> <p>e. Habitação</p> <p>f. Educação</p> <p>g. Transferência de valores sociais</p> <p>h. Trabalho</p> <p>i. Previdência social</p> <p>j. Assistência social</p> <p>k. Seguridade social</p>	<p>l. Segurança pública</p> <p>m. Urbanização</p> <p>n. Moral social e opinião pública</p> <p>o. Padrão de vida</p> <p>p. Alimentação e nutrição</p> <p>q. Ressentimento</p> <p>r. Religiões e ação das igrejas</p> <p>s. Turismo</p> <p>3. DINÂMICA ESTRUTURAL DA SOCIEDADE</p> <p>a. Instituições sociais</p>	<p>b. Qualidade de vida (IDH)</p> <p>c. Expectativa de vida</p> <p>d. Envelhecimento da população</p> <p>e. Gênero</p> <p>f. Etnia</p> <p>g. Dinâmica populacional</p> <p>h. Empresas</p> <p>i. Mobilidade social</p> <p>j. Circulação social</p> <p>k. Emprego</p>	<p>l. Distribuição espacial das populações</p> <p>m. Equilíbrio e desequilíbrio sociais</p> <p>n. Movimentos sociais</p> <p>o. Migrações internas e externas</p> <p>p. Solidariedade</p> <p>q. Autodeterminação</p> <p>r. Sociedades e comunidades</p> <p>t. Organizações Não Governamentais</p>

Quadro Nr 02: Expressão Psicossocial do PN.

Fonte: adaptado de Brasil (2013).

Expressão Militar				
<p>1. DOCTRINA E ESTRATÉGIA MILITAR</p> <p>a. Setorial de defesa</p> <p>b. Militar</p> <p>2. ESTRUTURA MILITAR</p> <p>a. Organizações de atividade-fim</p> <p>b. Organizações de atividade-meio</p> <p>c. Ministério da Defesa</p> <p>d. Instituições Militares</p> <p>e. Organização e articulação das Forças Armadas</p>	<p>f. Apoios interno e externo</p> <p>3. CAPACIDADE DE COMANDO E CONTROLE</p> <p>4. INTEGRAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS</p> <p>a. Marinha</p> <p>b. Exército</p> <p>c. Aeronáutica</p> <p>5. ENSINO MILITAR, INSTRUÇÃO, ADESTRAMENTO E APRESTAMENTO</p> <p>6. MORAL MILITAR</p> <p>a. Valores militares</p>	<p>b. Imagem das Forças</p> <p>c. Recursos humanos</p> <p>d. Apoio da população</p> <p>7. CAPACIDADE LOGÍSTICA</p> <p>8. CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO</p> <p>9. SERVIÇO MILITAR</p> <p>10. CAPACIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA</p> <p>a. Pesquisa</p> <p>b. Indústria</p>	<p>c. Inovação</p> <p>d. Ensino</p> <p>11. TERRITÓRIO</p> <p>a. Posição</p> <p>b. Forma</p> <p>c. Extensão</p> <p>12. DEFESA NACIONAL</p> <p>a. Estratégia Nacional de Defesa</p> <p>b. Política Nacional de Defesa</p>	<p>c. Livro Branco 13. RELAÇÕES ENTRE NAÇÕES</p> <p>a. Acordos e tratados em defesa</p> <p>b. Diplomacia</p> <p>c. Guerra</p> <p>d. Terrorismo</p> <p>e. Direito Internacional</p> <p>f. Organismos internacionais</p>

Quadro Nr 03: Expressão Militar do PN.
Fonte: adaptado de Brasil (2013).

Expressão Econômica				
<ul style="list-style-type: none"> - Mercado interno e externo - Instituições econômicas - Empresa - Consumo - Moeda - Setor público - Setor privado - Doutrinas e políticas econômicas - Comércio e finanças - Transportes 	<ul style="list-style-type: none"> - Exportação - Importação - Balança comercial - PIB - Capital - Crédito - Investimento - Capacidade de atrair investimento - Capacidade empresarial - Capacidade de financiamento 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de consumo - Modernização e adaptação às mudanças - Matéria-prima - Recursos naturais - Energia - Extrativismo - Indústria - Pecuária - Agricultura - Aquicultura e piscicultura 	<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura fundiária - Cidades produtoras - Agenda internacional - Integração - Acordos e tratados - Serviços - Educação - Informática - Tecnologia da informação 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de comunicação - Força de trabalho - Mercado de trabalho - Renda <i>per capita</i> - População total - População economicamente ativa (PEA) - População dependente - População ocupada - Qualificação dos recursos humanos

Quadro Nr 04: Expressão Econômica do PN.
Fonte: adaptado de Brasil (2013).

Expressão Científico-Tecnológica

1. EDUCAÇÃO
 - a. Recursos Humanos
 - b. Percentual de Doutores e Mestres *per capita*
 - c. Treinamento de pesquisadores
2. COMUNICAÇÃO
 - a. Marketing
 - b. Divulgação de produtos nacionais no país e no exterior
 - c. Nível de Interação Governo, Universidade e Indústrias no estabelecimento de inovações tecnológicas
 - d. Sistema de comunicação e informação bem estruturado e integrado, que viabilize o amplo acesso à informação, assim como seu uso estratégico
3. NÍVEL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL
 - a. Instituições científicas e tecnológicas
 - b. Inovação tecnológica
 - c. Patentes obtidas no País e/ou no exterior
4. DINÂMICA PRODUTIVA
 - a. Base Industrial de Defesa (capacidade de atendimento às demandas militares e não-militares, integração com o comércio exterior)
 - b. Despesas em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)
 - c. Investimentos em ativos fixos (aquisição de imóveis, máquinas, equipamentos, etc)
 - d. Investimentos em ativos intangíveis: (investimento em licenças para exploração de patentes, para uso de marcas, etc)
 - e. Agregação de valor (capacidade de agregar valor a produtos básicos)
5. INFRAESTRUTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGIA
 - a. Área ocupada por laboratórios de P & D
 - b. Estrutura de produção e definição institucional: (mão de obra, território, recursos naturais, capital, informação e conhecimento)
 - c. Comprometimento das elites, pesquisadores e empresários com a inovação
 - d. Estrutura Institucional / organizacional (descentralização, autonomia, e mecanismos de controle)
 - e. Grupos-chave ou indivíduos-chave (aqueles que possuem competência para dar suporte ao desenvolvimento das ideias inovadoras, doutores, mestres e graduados)
6. TECNOLOGIAS CRÍTICAS e PROJETOS MOBILIZADORES (sintonia com o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa / SisCTID-MD)
 - a. Biotecnologia (biodiversidade)
 - b. Nanotecnologia
 - c. Aeroespacial
 - d. Nuclear
 - e. Cibernética
7. RECURSOS NATURAIS E MATERIAIS (Tecnologia e Transformação)
 - a. Diversidade mineral
 - b. Tecnologia Industrial (avaliação/certificação, normatização, propriedade intelectual, fomento industrial)
 - c. Fomento à Ciência e Tecnologia e Inovação
8. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
 - a. Proteção ambiental
9. INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS
 - a. Do setor público
 - b. Do setor privado
 - c. Funções: políticas e normativas, administrativas ou estratégicas, operacionais ou produtivas.

Analisando os parágrafos supracitados, bem como os quadros referentes às Expressões do Poder Nacional, fica evidente que a abordagem teórica do tema é imprescindível para que se compreenda a importância do estudo em questão. A vasta área que se descortina naquelas Expressões se torna terreno fértil para os possíveis espaços para projeção do PN brasileiro.

Dada a análise daquelas Expressões do Poder Nacional, é possível inferir que elas não podem ser consideradas isoladamente.

Sob esse entendimento, Brasil (2014) afirma que além de produzir efeitos em sua dimensão específica, uma Expressão normalmente causa reflexos nas demais.

Este trabalho visa a somente verificar a contribuição da Expressão Política para o aumento do Poder Nacional em caso de participação brasileira na MINUSCA. No entanto, dadas as informações supracitadas, poderão ser consideradas análises transversais superficiais de elementos de Expressões do PN de natureza diversa da Política.

Ainda nesse sentido, Brasil (2014) ressalta que:

[...] devido à característica finalística do Poder Nacional, qual seja, a de alcançar objetivos, e **por ser a Expressão Política aquela que os fixa, esta Expressão sobressai entre as demais**, podendo ocorrer, entretanto que, em função de situações conjunturais, qualquer uma das outras possa ocupar essa primazia, sem que o caráter de unidade seja perdido. (grifo nosso)

2.4 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

O artigo 4º da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece os princípios que regem a relações internacionais do País.

[...]
 I – independência nacional;
 II – prevalência dos direitos humanos;
 III – autodeterminação dos povos;
 IV – não-intervenção;
 V – igualdade entre os Estados;
 VI – defesa da paz;
 VII – solução pacífica dos conflitos;
 VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
 IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
 X – concessão de asilo político.
 [...]

O Brasil entende que o CSNU precisa se tornar mais legítimo e representativo dos Estados-membros da ONU. Para isso, defende que é necessária reforma para o órgão refletir a realidade atual mundial. Trata-se de preservar o arcabouço das Nações Unidas, adaptando suas estruturas às exigências do século XXI (BRASIL, 2018b).

O Conselho de Segurança da ONU autorizou a Minustah em resposta ao colapso institucional no Haiti que se seguiu à renúncia de Jean-Bertrand Aristide em 29 de fevereiro de 2004. Essa renúncia veio a partir de pressões dos governos francês e estadunidense após as tensões entre opositoros do líder haitiano e seus partidários resultarem em conflitos civis e em falência do estado. Este conflito se originou dos resultados controversos das eleições de 2000 que levaram Aristide ao poder pela segunda vez em um clima de intensa disputa. A Resolução 1529 afirma que o objetivo da missão é monitorar e reestruturar a polícia nacional haitiana; ajudar no desarmamento, desmobilização e reintegração das milícias armadas; restaurar e manter o Estado de direito; e proteger o pessoal da ONU e os civis locais. Um total de 12.279 soldados contribuiu para a missão. A ONU nota, em um relatório de abril de 2011, que o comprometimento das tropas brasileiras chega a 2.175 soldados (BRACEY, 2011).

Alinhado com aquele entendimento de reestruturação da ONU, a decisão do Brasil de liderar a MINUSTAH, em fevereiro de 2004, marca mais um momento crítico na sua política externa. No entanto, a visão estratégica da política externa brasileira não limitou a participação na MINUSTAH como única ferramenta na busca de maior inserção internacional. Fontoura³ e Uziel⁴ (2017) ratificam a referida ideia ao descrevem que o Brasil, além da participação na MINUSTAH com a tropa, buscou atuar em foros diversos e interconectados pertencentes às Nações Unidas, cuja influência sobre as operações de manutenção da paz nem sempre é evidente, tal como o esforço brasileiro para reativar o Grupo do ECOSOC⁵, (espécie de foro em que o Brasil fazia esforços para modular a atuação das Nações Unidas no Haiti), reforçando a projeção que poderia advir das articulações dentro do Sistema ONU.

³ Paulo Roberto C. T. da Fontoura é diplomata desde 1979. Chefiou a Divisão das Nações Unidas (1994-2003) e foi Diretor do Departamento de Organismos Internacionais (2013-2016), em Brasília. No exterior, serviu na missão junto às Nações Unidas, como ministro-conselheiro (2003-2009), e foi embaixador do Brasil no Líbano (2009-2012). Publicou livros sobre temas de paz e segurança, sobretudo sobre as missões de paz das Nações Unidas. Chefa atualmente a embaixada do Brasil na Croácia.

⁴ Eduardo Uziel é diplomata brasileiro desde 2000. Trabalhou na Divisão das Nações Unidas (2002-2006) e chefiou a Divisão do Oriente médio I (2013-2017), em Brasília; e serviu na missão junto às Nações Unidas (2006-2009) e na Embaixada do Brasil em Tel Aviv (2009-2012). Foi professor de organizações internacionais no Instituto Rio Branco (2013-2016). Publicou dois livros e vários artigos sobre temas de paz e segurança e assuntos do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Serve atualmente na missão junto à União Europeia.

⁵ Ver: <https://www.un.org/ecosoc/en/content/ecosoc-ad-hoc-advisory-group-haiti>, acesso em 31 de julho de 2018.

No campo da política mundial, multilateral e no Conselho de Segurança: o destacam:

...a MINUSTAH consolidou e trouxe novas lições para o Brasil. A primeira é a importância e, mesmo, necessidade de participação em operações de manutenção da paz. Para um país classificado como “potência emergente”, a contribuição para as missões representa uma manifestação da vontade e da capacidade de contribuir efetivamente para a paz e segurança globais. Em segundo lugar, o envio de tropas não é suficiente, nem mesmo o comando da missão o é. Se um país como o Brasil quiser beneficiar-se da participação em missões de paz, deve preparar-se para contribuir na negociação de mandatos, participando de grupos de amigos ou similares e articulando atores regionais e extra-regionais para transferir para cada operação de manutenção da paz em particular uma visão de mundo sua – que tende a privilegiar a interação entre fatores de segurança, político-institucionais e econômico-sociais. Para além dos debates nos foros multilaterais, deve-se estar preparado para fazer a diferença concreta com projetos de apoio à recuperação pós-conflito (FONTOURA E UZIEL, 2017).

Fontoura e Uziel (2017) concluem seus raciocínios afirmando que uma lição central é que a influência e a capacidade de articulação são transferíveis, embora não de maneira automática. Isso significa dizer que a atuação brasileira no caso da MINUSTAH ajudou a elevar o perfil do país em questões de paz e segurança.

2.5 A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA E A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

Segundo o dicionário digital Michaelis, a palavra política expressa a arte ou ciência da organização, direção e administração de nações ou Estados, podendo ser sua aplicação relacionada a negócios internos (política interna) ou externos da nação (política externa).

Em seu Manual Básico – Volume I (2014), a Escola Superior de Guerra define Política Nacional como sendo o “conjunto dos Objetivos Fundamentais bem como a orientação para emprego do Poder Nacional, atuando em conformidade com a Vontade Nacional” (p.52).

A PND fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los. A END, por sua vez, estabelece como fazer o que foi estabelecido pela Política (BRASIL, 2012).

Holcsik (2010) assevera que a projeção do Brasil no concerto das nações e o incremento de sua inserção no processo decisório internacional é um dos objetivos estabelecidos na Política Nacional de Defesa.

A página do Ministério da Defesa, no ambiente virtual, aponta que:

A Política de Defesa Nacional, tema de interesse de todos os segmentos da sociedade brasileira, tem como premissas os fundamentos, objetivos e princípios dispostos na Constituição Federal e encontra-se em consonância com as orientações governamentais e a política externa do País (BRASIL, 2012).

Um dos enfoques dados à política externa supracitada é o fundamento na busca da solução pacífica das controvérsias e no fortalecimento da paz e da segurança internacionais.

Holcsik (2010) apresenta dois aspectos importantes presentes nas operações de paz de caráter multinacional ao estabelecer as diretrizes que abordam a Estratégia Nacional de Defesa. O fomento à cooperação militar regional é o primeiro deles. As operações de paz são forte instrumento para que aquela cooperação contribua para a projeção do Poder Nacional brasileiro.

O segundo aspecto versa sobre a necessidade de o País possuir Forças Armadas adequadamente capacitadas para atender às possíveis solicitações para participação em OMP. Conforme o Brasil aumenta sua participação em missões dessa natureza, sua capacidade militar fica mais evidenciada (HOLCSIK, 2010).

Adicionalmente, Peri (2018) enfatiza que a END estabelece que o Exército Brasileiro possua a capacidade de projetar poder nacional por meio da constituição de uma Força, quer expedicionária, quer de OMP, ou humanitária, para atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais.

Internos	Bilaterais/regionais	Institucionais
<ul style="list-style-type: none"> • cumprir os princípios do Artigo 4º da CF/88; • treinar as Forças Armadas; e • promover o papel dos militares na sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> • solidarizar-se com o país egresso de conflitos; • adensar relação com o país anfitrião ou países vizinhos; • adensar relações com outros contribuintes de tropas; e • promover o comércio e os investimentos brasileiros. 	<ul style="list-style-type: none"> • legitimar candidatura a vaga permanente no CSNU; • fortalecer o multilateralismo e a solução pacífica de conflitos; • maximizar a influência brasileira no CSNU durante biênios eletivos; e • demonstrar capacidade de mobilização.

Quadro Nr 06 - Motivações do Brasil para participar das operações de paz.
Fonte: Kenkel, 2011.

Nesta perspectiva, pode-se inferir que a estratégia de incremento da participação brasileira em missões de paz está alinhada com os documentos de mais alto nível que tratam do protagonismo do país no concerto internacional, contribuindo, assim, para a projeção do Poder Nacional.

3. METODOLOGIA

Esta seção visa apresentar o fluxo de ações visualizadas para responder o problema da presente pesquisa, detalhando seus procedimentos para atingir os objetivos gerais e os específicos.

A pesquisa será qualitativa, privilegiando textos disponíveis e análises de documentos.

Será realizada pesquisa bibliográfica com fontes baseadas em revistas, artigos, documentos de organizações internacionais e coleta de informações na internet, de forma a enriquecer o conteúdo da pesquisa. De forma a detalhar esta afirmação, serão buscadas informações significativas disponíveis em documentos do Centro de Preparação para Missões de Paz (CCOPAB), órgão diretamente subordinado ao Ministério da Defesa, cuja missão é apoiar a preparação de militares, policiais e civis brasileiros e de nações amigas para missões de paz e desminagem humanitária (BRASIL, 2018). Além disso, a pesquisa pretenderá levantar dados disponibilizados na página da MINUSCA/ONU.

Por fim, cumpre destacar que a PND e a END serão documentos indispensáveis para a compreensão dos Objetivos Nacionais.

3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Sabe-se que o espaço para aprofundamento do tema, quando correlacionado à projeção nacional, tomando-se por referência as Expressões do Poder Nacional é vastíssimo.

Após tal entendimento, é oportuno destacar que a presente pesquisa não pretenderá discorrer sobre todas as Expressões do Poder Nacional que podem ser influenciadas pela participação de tropa brasileira na MINUSCA, e sim, dar-se-á atenção àquelas mais diretamente ligadas aos aspectos políticos, psicossociais e militares.

Mesmo dentro dessas três expressões, o levantamento de informações limitar-se-á a alguns fatores, de forma a não tornar este trabalho de conclusão demasiado extenso.

3.2 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

O método será, certamente, a espinha dorsal desta pesquisa, de tal sorte que se percorra um caminho lógico e claro até a consecução dos objetivos que se desejam atingir.

Nesse escopo, a presente pesquisa procurará lançar olhar interpretativo sobre as informações, fatos e análises de determinados autores sobre a situação atual na RCA, e, ainda, sobre aquelas feitas a respeito da maneira com que as forças de paz brasileiras costumam pautar seus procedimentos, por vezes conhecida como *Brazilian Way of Piecekeeping* (BWP), que dá a essa tropa características peculiares.

3.3 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Esta subseção tem a finalidade de apresentar, de forma sucinta, as limitações do método e suas influências na obtenção do resultado.

O tratamento das informações será realizado por meio do estudo do conteúdo levantado na forma de textos e documentos.

Essa ferramenta deverá ser capaz de correlacionar os aspectos estudados dentro do contexto da MINUSCA. Por sua vez, eles deverão estar alinhados às políticas nacionais de incremento da imagem brasileira no concerto das nações, de forma a estabelecer quais aspectos serão direta ou indiretamente afetados, e, conseqüentemente, alavancando a real ampliação da voz ativa do Governo Brasileiro no cenário internacional.

4. A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO HAITI: O LEGADO DA MINUSTAH

Vasta gama de consequências positivas deixadas pela atuação dos atores brasileiros envolvidos com a MINUSTAH, sejam eles civis, dos quais destacam-se o componente político e as organizações não-governamentais, ou militares, englobando Forças Armadas, policiais e bombeiros, puderam ser constatadas ao longo dos 13 anos de atuação no Haiti.

Há que se ter em mente, ainda, a necessidade de diferenciar dois legados da missão da ONU no Haiti. O primeiro refere-se ao sistema ONU, o qual abarca os diversos contingentes internacionais e as atividades desenvolvidas pela MINUSTAH de forma generalizada. Nesse viés, há aspectos negativos que foram explorados por vetores midiáticos, tais como acusações de violência sexual⁶ e pelo alastramento de epidemia de cólera⁷, após o terremoto que devastou o país em 2011, supostamente provocada pelo contingente nepalês. Cabe esclarecer que, conforme ressalta Mendonça (2017), após treze anos de missão, não houve nenhum militar que tenha sido acusado de abuso sexual ou exploração de menores. Completou, ainda, que nenhum militar brasileiro fora, da mesma forma, repatriado pela ONU por ter cometido falha de conduta. O segundo caso, estreita o foco para uma escala menor e particular voltado para as consequências das ações diretamente empreendidas pelos diversos contingentes brasileiros, as quais apresentaram resultados satisfatórios, como é possível apreender nas linhas que se seguem.

Segundo Yoshida (2011), em 2009, a embaixadora americana Susan Rice, afirmou, no Conselho de Segurança da ONU, que, desde 2004, a MINUSTAH criou um ambiente de segurança e estabilidade, permitindo que a transição política ocorresse.

4.1 O BRASIL E OS ORGANISMOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Os contingentes de tropa que o Brasil tem enviado ao Haiti estão enquadrados nos Batalhões de Infantaria de Força de Paz (BI F Paz HAITI), também conhecidos como *Brazilian Battalion* (BRABATT), na Companhia de Engenharia de Força de Paz

⁶ Informação colida do site O Globo (2017): <https://oglobo.globo.com/mundo/ap-revela-2-mil-alegacoes-de-abuso-sexual-exploracao-por-capacetes-azuis-da-onu-21197040>

⁷ Legado de Estrangeiros: cólera devasta o Haiti: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/08/1913411-legado-de-estrangeiros-colera-devasta-o-haiti.shtml>

(Cia E F Paz HAITI), também denominada *Brazilian Engineering Company* (BRAENGCOY). Os BRABATT e a BRAENGCOY são compostos por cerca de 800 (oitocentos) e 250 (duzentos e cinquenta) militares do Exército Brasileiro, respectivamente.

Muggah⁸ (2015) faz apontamento sobre as vantagens estratégicas do envolvimento brasileiro:

O engajamento robusto com a Minustah parece ter ajudado na demanda por um assento permanente no conselho de segurança da onu – uma ambição de longa data. Além disso, as bem sucedidas operações táticas realizadas pelo Brasil no Haiti também aumentaram a sua reputação internacional – destacando o status do país como potência regional e como parceiro de confiança.

Durante os anos de duração da MINUSTAH, o Brasil foi membro não-permanente do Conselho de Segurança, de 2004 a 2005 e de 2010 a 2011 (BRASIL, 2017a). Essas duas participações, naquele momento, foram importantes para o País. Teixeira e Hamann (2017) ratificam aquele raciocínio ao afirmarem que aquela oportunidade permitiu que o Brasil expressasse posições aprimoradas sobre o Haiti e sobre as operações de manutenção da paz de forma ampla, e que também começasse a colher os vários frutos políticos decorrentes dos sucessivos êxitos logrados pelos brasileiros que atuaram nas várias esferas que envolveram a MINUSTAH.

Vale sublinhar que o Brasil enviou cerca de 37 mil militares para a MINUSTAH, organizados em 26 contingentes em sistema de rodízio. Rodízio este que se aplica também ao comandante da tropa. No entanto, durante todo o período em que o Brasil enviou seus contingentes, o *Force Commander*⁹ das forças da ONU no Haiti foi sempre um general do Exército Brasileiro, caracterizando fato inédito naquele organismo internacional até então (TEIXEIRA e HAMANN, 2017).

⁸ Diretor de Pesquisa do Instituto Igarapé e diretor de pesquisa e políticas da Fundação SecDev. Leciona no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, em Oxford e em San Diego, e dá assessoria para o Banco Mundial e agências da ONU sobre questões de segurança e desenvolvimento. Trabalha com a MINUSTAH e outras várias organizações no Haiti desde 2004, além de ter realizado mais de 20 pesquisas de opinião no país na última década.

⁹ Denominação do comandante das forças militares da ONU em determinada missão.

Reforçando o exposto, durante palestra ministrada na Escola de Comando e Estado-maior do Exército, Ferreira¹⁰ (2018) sublinhou que durante os cinco primeiros anos da UNIFIL, a Força-Tarefa Marítima teve cinco diferentes comandantes oriundos de diferentes países. No entanto, após isso, nos sete anos seguintes, todos os comandantes foram almirantes da Marinha do Brasil. Atualmente o comandante daquela Força é o Contra-Almirante Eduardo Machado Vazquez (BRASIL, 2018c).

O *Force Commander* deve atuar com desenvoltura tanto no nível político e estratégico, como no operacional e tático com seus subordinados. No entanto, é no nível político, inclusive no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, que importantes decisões são tomadas. O *Force Commander* é o elo diplomático fundamental entre o braço político e o militar (PEREIRA, 2018).

O Force Commander sempre foi um brasileiro. Tradicionalmente, há um rodízio de comandantes nas outras missões de paz. No Haiti, na Minustah, um brasileiro sempre esteve no comando das forças militares. Isso reflete o profissionalismo, a disciplina e a confiança que as Nações Unidas e a comunidade internacional têm nas nossas tropas, nos nossos comandantes e nas nossas Forças Armadas. Acho que isso representa um reconhecimento internacional do que o Brasil pode oferecer em termos de paz e segurança internacional (MORAES¹¹, 2017, grifo nosso).

Em abril de 2018, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres nomeou o general de divisão Elias Rodrigues Martins Filho, brasileiro, comandante militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo, a MONUSCO (ONU, 2018d). O general contará com um efetivo de cerca de 17 mil militares de diferentes países.

Complementarmente, vale traçar um rápido panorama da situação atual daquele país, a fim de demonstrar ao leitor a importância da tarefa designada pela ONU ao General Elias.

A situação na República Democrática do Congo é uma das mais complexas do mundo e piorou em virtude do aumento de vários conflitos locais. No início de 2018, existiam cerca de 5 milhões de congolezes deslocados: aproximadamente 674.879 refugiados em outros países africanos e cerca de 4,35 milhões de deslocados internos. Esses números colocam a RDC entre os países com as maiores crises de deslocamento do mundo (ONU, 2018e).

¹⁰ O Almirante de Esquadra EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA é o atual Comandante da Marinha do Brasil.

¹¹ Embaixadora. Diretora do Departamento de Organismos Internacionais do MRE.

Tais feitos indicam que passos sólidos foram dados em direção à consolidação do Brasil enquanto país relevante no sistema de paz e segurança internacional, com atuação desejável em outras importantes operações multilaterais (TEIXEIRA e HAMANN, 2017).

Por conseguinte, a MINUSTAH permitiu ao Brasil assumir papel de liderança entre as nações sul-americanas ao contribuir para a missão, comandando-a desde o seu início.

4.2 LIÇÕES APRENDIDAS NOS PRIMEIROS CONTINGENTES

Os primeiros contingentes que se apresentaram no Haiti encontraram cenários de extrema violência, empreendidos por gangues, principalmente nos bairros de Cité Soleil e Bel Air. As forças adversas conduziam ações de emboscadas diárias contra as tropas brasileiras e da Polícia Nacional do Haiti (PNH), atacavam pontos sensíveis, violentavam mulheres, roubavam, sequestravam, matavam inocentes e grupos rivais lutavam por poder (MIRANDA¹², 2017).

Os primeiros observadores descreveram a MINUSTAH como uma "missão impossível" em razão das condições violentas no Estado (BRACEY, 2011, p.8).

A partir de então, as lideranças da MINUSTAH, estabeleceram novas estratégias de emprego de civis em apoio paralelo às ações militares.

Percebeu-se, então, que havia a necessidade do apoio de outras instituições para que a população confiasse totalmente na MINUSTAH e para que fossem levantadas as últimas resistências ao trabalho da tropa. Em meados de agosto, o bairro oferecia relativa segurança, porém ainda era desprovido de toda e qualquer presença do governo, como policiamento, eletricidade, água corrente, esgoto, coleta de lixo, escolas em funcionamento, postos de saúde, transporte público e outras facilidades. Começou-se, então, a atrair os civis do governo, das Nações Unidas e de ONGs, por meio de visitas agendadas e convites. Também houve um trabalho de conscientização na MINUSTAH, mostrando que, enquanto Cité Soleil continuava sem condições de segurança e contava com inúmeros projetos (todos paralisados por falta de segurança), Bel Air, importante símbolo para a missão, já permitia um aproveitamento do êxito e possuía apenas três (também parados). Dessa forma, paralelamente à presença militar e às operações seguidas, houve o retorno gradativo dos civis, o que impulsionou definitivamente o bairro em direção à normalidade. Cabe destacar o trabalho da ONG Viva Rio, que liderou algumas dessas iniciativas (MIRANDA, 2017).

¹² O militar foi comandante do 3º Contingente do Batalhão de Infantaria de Força de Paz – Batalhão Haiti – atuando durante o período eleitoral e num quadro de escalada de violência em Porto Príncipe.

Nessa perspectiva, Rubem César Fernandes¹³, integrante da ONG Viva Rio, foi convidado pelo setor de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração das Nações Unidas (DDR/ MINUSTAH). A organização buscava um interlocutor relevante para se aproximar dos grupos armados que dominavam os bairros pobres da Região metropolitana de Porto Príncipe de forma a negociar a desmobilização. A partir de 2004, ele passou a coordenar a organização sem fins lucrativos no Haiti, reconhecida pelas leis e autoridades do país, atuando em quatro áreas da região Oeste. Os trabalhos incluíam mediação de conflitos e aproximação entre a Polícia Nacional do Haiti e as comunidades, Educação Profissionalizante, Futebol com a Academia Pérolas Negras e Hospitalidade para a indústria do turismo (FERNANDES, 2017).

Fernandes (2017) sustenta que seis acordos de paz foram celebrados entre 2007 e 2010. Um conselho local reunia líderes comunitários, o Viva Rio, representantes do Exército Brasileiro e da PNH para acompanhar os processos nos projetos e na redução da violência. Mensalmente eram realizados sorteios de bolsas de estudo em função dos progressos na redução de mortes por violência armada. No mês em que nenhuma morte violenta ocorria, sorteavam-se as bolsas e o bônus de uma motocicleta entre os líderes comunitários signatários do acordo.

Acredito que o Tambor da Paz foi um resultado consistente com a doutrina do “Braço Forte, mão Amiga”. Ele combinava a repressão severa às forças em conflito, com a abertura de um caminho de pacificação que era pavimentado pela adesão formal das lideranças comunitárias e por benefícios sociais que embora modestos, sinalizavam, com as bolsas de estudo, a esperança num futuro melhor (FERNANDES, 2017).

A Viva Rio manteve parcerias com as tropas brasileiras desde o início. As tropas sempre foram muito abertas à participação nas nossas atividades e mantivemos um relacionamento muito bom. O saldo é positivo nesse sentido. A Viva Rio atua em diversas áreas. Temos um carro-chefe que é a segurança comunitária e a paz, que, na nossa visão, só podem ser atingidas se você trabalha outros fatores, como educação, meio-ambiente, cultura, esporte, entre outros (BRAUN, 2017).

Obviamente o quadro encontrado na RCA não é o mesmo que o do Haiti, mas verifica-se que a vontade autêntica de promover a paz muito pode fazer para auxiliar a mitigar problemas complexos, principalmente pela sinergia consequente da

13 Antropólogo e Diretor Executivo do Viva Rio (no Brasil e no Haiti).

interação das tropas com componentes civis nas missões de paz, tal qual evidenciado acima.

4.3 O LEGADO DEIXADO PELA ENGENHARIA BRASILEIRA

A Companhia de Engenharia de Força de Paz no Haiti (Cia E F Paz), cuja denominação pela ONU era *Brazilian Engineering Company* (BRAENGCOY), foi criada em 2005. Tinha por missão proporcionar o apoio de engenharia em trabalhos de construção de campanha, de instalações (infraestrutura e superestrutura) e de proteção aos contingentes de Força de Paz em todo o País (VERDE-OLIVA, 2018).

A engenharia é reconhecida também pela assistência humanitária prestada por meio das obras. Escolas, orfanatos, hospitais, unidades de polícia e estradas compõem o legado dessa década de dedicação da BRAENGCOY (BRASIL, 2015).

Ordem	Descrição do Serviço	Acumulado
1	Destruição de explosivos	3.050 Kg
2	Extração de ramblais	83.691 m3
3	Levantamentos topográficos	106
4	Limpeza de valas	20.135 m
5	Movimento de contêiner	803
6	Perfuração de poços	64
7	Pré-fabricados	2.246 m2
8	Produção de água	364.708 m3
9	Produção de pó de brita	39.150 m3
10	Produção de asfalto	24.088 m3
11	Produção de brita	72.774 m3
12	Regularização de terreno	61.025 m2
13	Remoção de escombros/entulho	24.262 m3
14	Reparação de estradas	815.905 m2
15	Reparo de instalações	7.230 m2
16	Suprimento de água	39.632 m3
17	Terraplenagem	518.222 m2
18	Trabalhos de asfalto	349.882 m2
19	Trabalhos de demolição	3.049 m2
20	Static Point	37
21	Outros (inspeções, reconhecimentos, reuniões, treinamentos e visitas)	1.066

Quadro Nr 07: Acervo de obras da BRAENGCOY.
Fonte: (adaptado de VERDE-OLIVA, 2018).



Figura Nr 01: fotografia de monitor de televisão feita em novembro de 2017.
Fonte: Canal Globo News.

Sob este prisma, Verde-Oliva (2018) sintetiza que a BRAENGCOPY desenvolveu inúmeras ações humanitárias, de socorro à população e de apoio à infraestrutura haitiana, mostrando à ONU e ao mundo a excelência do engenheiro militar brasileiro.

4.4 O COMPORTAMENTO EXEMPLAR DO SOLDADO BRASILEIRO

Em relação às peculiaridades do perfil do soldado brasileiro no Haiti:

O saldo [da participação das tropas brasileiras na MINUSTAH] foi de reafirmação das Forças Armadas do Brasil, em especial de seu Exército, de integrar Missões de Paz da ONU. Internamente, assim como o ocorrido na Campanha da Força Expedicionária Brasileira na 2ª Guerra Mundial, o soldado brasileiro se mostrou solidário ao povo haitiano, da mesma forma como foi solidário ao povo italiano, atingido pelas agruras da guerra" (PERI, 2017).

Vale destacar que a afirmação acima do antigo Comandante do exército Brasileiro teve efeito no contexto de evento promovido pelo Comando de Operações Terrestres, organizado pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), com a presença de autoridades civis e militares, integrantes de agências da ONU, estrangeiros, e pesquisadores e especialistas em Missões de Paz na plateia.

Nesta perspectiva, o valor moral e ético do soldado brasileiro foi um dos fatores decisivos que contribuíram para o sucesso da MINUSTAH (PERI, 2018). Segundo este autor, a tropa confirmou a sua capacidade de tolerância e de adaptação às novas realidades que se apresentaram, servindo de exemplo de demonstração de respeito

ao povo e à cultura haitiana. Peri (2018) sustenta que essa atitude conquistou a confiança, a admiração e o respeito dos habitantes locais, atenuando a miséria por meio da solidariedade, tornando os soldados verdadeiros mensageiros da paz, projetando o Brasil no contexto das Nações Unidas.

Ainda no mesmo escopo e, corroborando o pensamento apresentado por Peres (2017), Junior¹⁴ (2017), durante participação no mesmo simpósio, apontou que a participação em missões internacionais de paz pelo Brasil havia sido consolidada¹⁵, concluindo seu pensamento que, a partir de então, o Brasil passava a ter o “passaporte” para os próximos desafios e missões futuras coordenadas pela ONU. A construção dessa consolidação contou com ações estruturantes, das quais o *Brazilian Way of Piecekeeping*¹⁶ (BWP), em consonância com o exposto neste item, foi parte significativa. O convite da ONU para o envio de um batalhão de operação de paz brasileiro para a República Centro-Africana, logo em seguida ao término da MINUSTAH, fortalece a proposição acima formulada, demonstrando a acertada estratégia de ampliação da participação de operações sob a égide da ONU.

Além disso, conforme publicado em Defesanet (2017), o chefe do DPKO, da Organização das Nações Unidas, Jean-Pierre Lacroix, em visita oficial ao Brasil, em novembro de 2017, fez a seguinte afirmação: a conduta das tropas brasileiras foi exemplar a este respeito. Temos uma experiência ótima com o Brasil no campo das missões de paz, e seguimos contando com a cooperação do Brasil.

Soma-se às afirmações acima a apreciação feita por Honoré¹⁷ (2017) sobre a performance das tropas brasileiras. Segundo a autora, consistentemente, ao longo dos anos, dentro da MINUSTAH, o soldado brasileiro levou em consideração as particularidades da sociedade haitiana. Da parte do Batalhão Brasileiro, houve uma tentativa deliberada de aproximar-se da população, fato bastante apreciado pelo povo haitiano.

¹⁴ O General-de-Divisão Anísio David de Oliveira Junior foi comandante do XXX^o Contingente brasileiro da MINUSTAH (BRABATT xxx).

¹⁵ De acordo com o Dicionário Escolar de Língua Portuguesa Michaelis, editora Melhoramentos, 2008, consolidar: tornar-se seguro, sólido, estável.

¹⁶ *Brazilian Way of Piecekeeping* é como ficou conhecida a positiva e solidária maneira brasileira de atuar em missões de paz.

¹⁷ Chefe da MINUSTAH por ocasião do término da participação das tropas do Brasil.

Por seu turno, Kawaguti¹⁸ (2017) reforça as impressões deixadas pela atuação dos contingentes brasileiros no Haiti.

“Eu acho que os militares brasileiros cumpriram o objetivo. Eles conseguiram achar o equilíbrio entre as ações militares e as ações humanitárias. Esforçaram-se muito para ganhar a confiança da população e conseguiram. Depois de alguns anos, a maioria dos haitianos, moradores próximos à base, já falavam português e comunicavam-se perfeitamente com os militares brasileiros.”

Neste escopo, é possível constatar a conciliação do duplo papel desempenhado pelas forças brasileiras na missão. O viés militar e o social fizeram com que, em grande medida, a população haitiana confiasse nos *peacekeepers* brasileiros.

Indo de encontro ao pensamento apresentado, Chouloute¹⁹ (2017) denominou o soldado brasileiro como um agente social, na medida em que este uniu os papéis de militar e de ser social, contribuindo, na visão do autor, para o reforço da cooperação bilateral entre Brasil e Haiti.

Nesse sentido, o atingimento desse status tem influência diretamente proporcional na projeção política do Poder Nacional brasileiro, na medida em que ocorrências de sucesso em missões de paz ganham visibilidade em escala mundial, refletindo a consecução dos objetivos da Política Externa do Brasil.

4.5 A PARTICIPAÇÃO DA LOGÍSTICA NA PROJEÇÃO DE PODER NO HAITI

Em especial, merece destaque mencionar a participação do componente que prestou suporte logístico ao Contingente Brasileiro de Força de Paz no Haiti (CONTBRAS/Haiti). As atividades estavam sob coordenação geral do Ministério da defesa, por intermédio da Subchefia de Operações de Paz, e, grosso modo, constavam da previsão, provisão e manutenção de todo apoio logístico às tropas brasileiras.

Areco²⁰ (2018) comenta acerca da logística no Haiti em 4 grandes componentes, os quais serão superficialmente descritos neste trabalho: a Célula

¹⁸ Repórter e autor do livro “A República Negra – histórias de um repórter sobre as tropas brasileiras no Haiti.

¹⁹ Encarregado de negócios da Embaixada do Haiti no Brasil.

²⁰ Coronel do Exército, chefe da CLACH do 26º CONTBRAS.

Logística de Apoio ao Contingente no Haiti (CLACH); as viagens de manutenção; a Base de Apoio Logístico do Exército (Ba Ap Log Ex); e a fase da reversão total do CONTBRAS/Haiti.

Segundo aquele autor, a CLACH foi criada em 2010 e era composta por oficiais do Comando Logístico (COLOG), permanecendo no Haiti até o término da missão, em 2017. Dentre as principais missões da CLACH, destacam-se:

- assessorar os comandantes das OM F Paz no Haiti quanto ao apoio logístico a ser prestado e às normas logísticas expedidas pelo COLOG, tanto no preparo quanto no emprego;
- acompanhar a execução do apoio logístico, mantendo o COLOG informado sobre as necessidades do contingente, devidamente consolidadas, padronizadas e priorizadas;
- levantar as especificidades e necessidade logísticas do contingente brasileiro no Haiti, bem como a demanda de normatizações;
- acompanhar as inspeções da ONU e do COLOG nas bases brasileiras;
- gerenciar a função logística de transporte, por meio do recebimento de voos e de navios logísticos; e
- estabelecer estreito contato com integrantes do Ministério da Defesa (MD), COLOG e FAB para a coordenação do recebimento de meios e para a repatriação de material.

Complementarmente, foram realizadas viagens de manutenção com equipes de especialistas que se deslocavam do Brasil para o Haiti, permanecendo por tempo limitado a alguns dias. Ainda sobre essas atividades, Areco (2018) ressalta que os trabalhos das equipes foram fundamentais para manter elevados os índices de disponibilidade do material, surtindo efeito positivo por ocasião das inspeções de pronto operacional conduzidas pela ONU.

Já a Ba Ap Log Ex, Grande Unidade Logística, considerada o braço operacional do COLOG, tem a missão de prever e prover serviços e itens de suprimento necessários ao Exército Brasileiro, incluindo o apoio logístico às missões de paz. Dentre outras atribuições da Base, Areco (2018) sublinha:

- realizar a preparação dos materiais das diversas classes para a área de operações;
- receber o material repatriado;
- realizar o controle patrimonial do material empregado nas missões de paz; e
- realizar o desembaraço alfandegário do material, por ocasião da sua saída ou entrada no país.

Finalmente, coube ao sistema logístico desempenhado no Haiti o planejamento e a execução da reversão total do CONTBRAS/HAITI. As tarefas incluíram desde a identificação e inventário de todos os equipamentos e materiais, passando pela embalagem, preparação e containerização das cargas, inspeções de Repatriação pela ONU, até o recebimento no Brasil, descontaminação e transporte para as organizações militares de destino. Dessa forma, pessoal e material foram repatriados, com excelência e total segurança, não sendo registrados quaisquer ocorrências de acidentes (ARECO, 2018).

Reforçando a importância dos trabalhos executados pela CLACH, Pinheiro (2018, p.40), conclui:

“Manter essa tropa operacional, a milhares de quilômetros do seu território, não é fácil. É uma operação logística muito grande. Isso funcionou. Os navios da Marinha trouxeram os nossos equipamentos e viaturas, sempre mantidos em boas condições. Os aviões da Força Aérea trazendo a bandeira do Brasil aqui... Isso tudo é um conjunto de ensinamentos para nós e causa uma excelente impressão na comunidade internacional.” (grifo nosso)

4.6 O CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL

Em 2005, foi criado o Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOPaz), cuja missão era apoiar a preparação das tropas do Exército que seguiram para a MINUSTAH. Também recebiam treinamento os demais militares e policiais militares empregados em diversas missões individuais. Em 2010, o CIOPaz e o Centro de Operações de Paz da Marinha do Brasil foram integrados, dando origem ao Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), passando a ser constituído por militares das três Forças Armadas.

Machado e Cavalcanti (2018) destacam que, ainda em 2009, o então CIOPaz recebeu sua primeira certificação do Departamento de Operações de Paz da ONU (DPKO), fruto do realismo e da eficiência apresentados durante a realização do Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP). A partir de então, fruto das lições aprendidas na MINUSTAH, o CCOPAB incorporou novos cursos e estágios, tais como o Estágio de Logística e Reembolso em Operações de Paz, o Curso de Desminagem Humanitária, o Curso de Preparação de Civis para Atuação em Ambientes Instáveis e o Curso para Assessores de Imprensa e Jornalistas em Áreas de Conflito.

4.6.1 A Projeção Internacional do CCOPAB

Distanciando-se das atividades ligadas à MINUSTAH, mas ainda dentro do escopo das atividades ligadas à contribuição do CCOPAB, Machado e Cavalcanti (2018) apontam que a projeção do Centro no cenário internacional se deve, sobretudo, ao reconhecido destaque no preparo dos contingentes brasileiros e dos militares designados para as diversas missões no exterior. Além disso, segundo aqueles autores, o CCOPAB tem participado em fóruns internacionais e em simulações de emprego em operações de paz sob a égide da ONU de relevância. À guisa de exemplo, pode-se citar a realização da *International Association of Peacekeeping Training Center (IAPTC)*, reunião realizada em Brasília, no ano de 2015. Fruto da crescente demanda internacional pela experiência adquirida pelos militares brasileiros durante as sob a égide da ONU, ressalta-se a criação das Equipes Móveis de Treinamento (EMT). Esse instrumento se constitui por efetivo reduzido de integrantes que tem por missão preparar tropas de nações amigas, por meio da metodologia desenvolvida nos cursos e estágios do CCOPAB. Importa ressaltar o envio de EMT para países como Colômbia, México, Moçambique, Angola e Namíbia (MACHADO E CAVALCANTI, 2018).

Em abril de 2018, o CCOPAB participou do Exercício VIKING 2018, conduzido pelo Comando de Operações Terrestres (COTER) em instalações do Quartel-General do Comando Militar do Planalto e do Quartel-General do Exército. Para Brasil (2018a) tratou-se de um Exercício de Simulação de Posto de Comando, Conjunto e Combinado, organizado pelas Forças Armadas da Suécia, com participação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e das Forças Armadas dos Estados Unidos. Ainda segundo Brasil (2018a), o Exercício VIKING 2018 contou com a participação de 2.500 pessoas, entre representantes, participantes e observadores de cerca de 50 países e de 80 organizações internacionais e não governamentais.

Machado e Cavalcanti (2018) destacam que aquela atividade, ocorrida em Brasília, foi a primeira a ser realizada fora da Europa, cabendo ao Brasil sua organização.

Corroborando a lógica traçada nos parágrafos acima, Barros (2018) conclui:

Relevante aspecto evidenciado nesta publicação é o papel do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), na preparação dos contingentes designados para servir em conflitos externos. Além do resultado

exitoso da atuação de nossas Forças Armadas no Haiti, esse Centro de excelência adquiriu projeção internacional por suas destacadas participações em fóruns e simulações de emprego em operações de paz. Esse fato ficou evidenciado recentemente, com a escolha do Brasil como primeiro país fora da Europa a abrigar um sítio remoto do exercício VIKING 2018, maior exercício de simulação do mundo, com sede na Suécia. (grifo nosso)

Ainda sob o prisma da projeção internacional do CCOPAB, o Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa, General-de-Exército Joaquim Silva e Luna, apresentou o seguinte *slide* durante palestra²¹ ministrada, em 31 de julho de 2018:



Figura Nr 02: Slide sobre interesse na atuação brasileira em missões de paz.
Fonte: Palestra do Ministro da Defesa do Brasil.

“A participação de tropas brasileiras na Minustah deu uma grande projeção ao Brasil, mas, sobretudo, deu um grande incremento no engajamento, na disciplina e no profissionalismo dos nossos soldados. Isso trouxe reflexos, não somente junto aos países que estavam na Minustah, mas também nos outros que souberam ou tiveram acesso às operações realizadas. Isso gerou uma demanda de muitos países que antes não conheciam o Brasil, para assinaturas de acordos de defesa” (OLIVEIRA²², 2018)

Do exposto, depreende-se que toda essa estrutura e *expertise* que envolvem as atividades desenvolvidas pelo CCOPAB certamente seriam postas à disposição em uma possível participação de contingente brasileiro na MINUSCA.

²¹ Atividade realizada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

²² Embaixador Nelson Antônio Tabajara de Oliveira. Diretor-Geral do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança do MRE.

4.7 AS AÇÕES HUMANITÁRIAS

Além das atividades operacionais determinadas pelo Mandato da MINUSTAH, o CONT/BRAS realizou diversas ações humanitárias ao longo dos 13 anos em que esteve no Haiti. Particularmente devido às limitações deste trabalho, somente serão abordadas as mais relevantes para o estudo.

Em janeiro de 2010, um forte terremoto, cujo epicentro ocorreu a poucos quilômetros da capital Porto Príncipe, devastou o país, matando quase 230 mil pessoas e deixando alguns milhões desabrigados (BRACEY, 2011, p.8). Dentre elas, 18 militares brasileiros. A partir de então, o Brasil iniciou as Operações de Ajuda Humanitária ao país, dentre as quais:

- a. montagem de equipes para procura e resgate de sobreviventes e de corpos;
- b. mobilização da Base General Bacellar como ponto de recebimento e tratamento de feridos, pelos militares de saúde do BRABAT;
- c. remoção de escombros, reconhecimentos de vias e estradas, com desobstrução e posterior pavimentação, análise de estruturas abaladas pelo terremoto, bem como entrega de água potável;
- d. escoltas de comboios de humanitários; e
- e. divisão de alimentos entre a população, igrejas, órgão do Governo e da própria MINUSTAH.

Quadro Nr 08: atividades desempenhadas após o terremoto de 2010.
Fonte: Revista Verde-Oliva nº 241, edição especial, 2018.

Poucos anos mais tarde, em 2016, o Furacão de categoria 4, *Matthew*, atingiu a região com ventos de até 230km/h, especialmente o Haiti, gerando a pior crise humanitária do país desde o terremoto, em 2010. Quase seiscentas pessoas perderam suas vidas e mais de dois milhões foram afetadas (HELLE, 2017). Novamente, as tropas brasileiras foram empregadas para dar apoio aos outros componentes da MINUSTAH, bem como a outras agências, e para restabelecer as estruturas essenciais que permitissem a chegada de ajuda humanitária à região atingida pelo furacão (VERDE-OLIVA, 2018).

Em 2017, outra catástrofe assola o Haiti, o Furacão *Irma* atingiu o país com ventos de até 298km/h. Conforme Verde-Oliva (2018), o *Irma* atingiu a porção Norte do país e não causou maiores estragos. No entanto, o contingente brasileiro, já em processo de desmobilização por término da missão, interrompeu seus preparativos e permaneceu de prontidão e em condições de, mais uma vez, auxiliar o povo haitiano.



Figura Nr 03: então Quartel-General da MINUSTAH após o terremoto de 2010.
Fonte: Revista Verde-Oliva nº 241, edição especial, 2018.

Seria impossível dissociar as atividades operacionais das atividades humanitárias desenvolvidas no Haiti. Em sua maior parte, a iniciativa partia dos próprios contingentes brasileiros no país amigo. Foram atividades que proporcionaram não somente o apoio à população, mas uma maior compreensão do soldado para com as carências do povo haitiano (VERDE-OLIVA, 2018).

Como observado, a bibliografia disponibilizada pelos estudiosos que se dispuseram a se debruçar sobre o assunto tende a realçar convergências no sentido de que o Brasil deu contribuição destacada ao país caribenho, obtendo bons dividendos desse empreendimento.

4.8 A UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS MILITARES NACIONAIS

Posicionar o efetivo de quase mil militares em uma base em outro continente requer a utilização de uma vasta gama de materiais de todos os tipos, abrangendo, dentre outros, segmentos que envolvem alimentação, vestuário, armamentos e munições, viaturas.

No caso do envio de contingente brasileiro para a RCA, a preparação da infraestrutura necessária ao recebimento, à instalação, à manutenção dos efetivos e do material, bem como à reversão, é uma tarefa bastante complexa e dispendiosa. À guisa de referência, segundo Brasil (2016), o transporte comercial de um contêiner de 20 pés, do Rio de Janeiro até Bangui, na RCA, levaria cerca de 13 dias e custaria US\$ 3.157,00.

Nesse contexto, cresce a necessidade de utilização de meios das Forças Armadas brasileiras nesse tipo de operação. Tal qual ocorreu no Haiti, material e pessoal seriam deslocados para a RCA por meio dos navios da Marinha do Brasil e das aeronaves da Força Aérea Brasileira.

As aeronaves C-130H Hércules da FAB tiveram papel fundamental na MINUSTAH no transporte de pessoal e material. O Hércules, produzido pela Lockheed Aircraft Corporation (EUA), já passou por dois programas de atualização, o que levou o Brasil a buscar sua substituição. Dessa forma, foi criado o Projeto Estratégico da aeronave KC-390. Sua fabricação está sendo realizada pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), com participação de outros países, como Argentina, Portugal e República Tcheca.

Embraer (2018) descreve de forma bastante objetiva as capacidades dessa nova aeronave:

O KC-390 é a aeronave de transporte multimissão de nova geração que combina uma plataforma altamente flexível com o menor custo de ciclo de vida do mercado de transporte médio. O KC-390 é capaz de transportar e lançar cargas e tropas, além de uma ampla gama de missões: evacuação aeromédica, busca e resgate, combate a incêndios, reabastecimento aéreo e auxílio humanitário.

Moderno sistema de manuseio, que acomoda cargas de grandes dimensões: pallets, veículos, helicópteros, tropas, paraquedistas, macas para evacuação aeromédica e configurações mistas.

O KC-390 possui pilotagem facilitada por um sistema aviônico integrado e comando de voo fly-by-wire e pode ser equipado com sistema de autodefesa e proteção balística que aumenta a capacidade de operações em ambientes hostis.

O fluxo constante de voos entre o Brasil e o Continente africano, realizado pelas aeronaves KC-390, para o suprimento e substituição de diversos tipos de materiais daria significativa visibilidade daquele Material de Emprego Militar (MEM) no contexto dos militares e civis estrangeiros na RCA.

	C-130 Hércules (USA)	KC-390 (Brasil)
		
Velocidade Máxima	590 km/h	870 km/h
Carga Máxima	19t	26t

Quadro Nr 09: Especificações Técnicas do C-130 e do KC-390.
Fonte: elaborado pelo autor.

Outro fator de projeção do Poder Nacional pode ser a utilização do novo Fuzil de Assalto da Família IA2. A partir de decisão em nível político-estratégico, o Exército Brasileiro resolveu substituir seu armamento padrão pelo Fuzil de Assalto 5,56 mm IA2, fabricado com tecnologia nacional. Vale complementar que o armamento é fabricado pela Indústria de Material Bélico, uma empresa pública vinculada ao Ministério da Defesa.



Figura Nr 04: Fuzil de Assalto 5,56 mm IA2.
Fonte: <http://www.imbel.gov.br/index.php/index.php/fuzis>.

Em um futuro próximo, os contingentes brasileiros em missões de paz deverão estar portando seus Fuzis de Assalto 5,56 mm IA2 em outros países/territórios, demonstrando para o mundo as capacidades da Base Industrial de Defesa do Brasil.

Sob esse entendimento, é possível projetar ganhos nas Expressões do Poder relacionadas à produção desses sistemas. Dentre outros, pode-se citar: novas capacidades são incorporadas às Forças Armadas brasileiras, a mão de obra brasileira e a indústria nacional são fomentadas, a cooperação com outros países é estimulada, os ganhos tecnológicos e industriais são incorporados aos portfólios nacionais, bem como as consequências benéficas para economia nacional com a comercialização dos MEM para países amigos.

5. A MINUSCA E A REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA

Brasil Escola (2018) afirma que a República Centro-Africana (RCA) é um país localizado na região central da África, fazendo fronteira a Leste com o Sudão do Sul, a Nordeste com o Sudão, a Norte com o Chade, a Sul com a República Democrática do Congo e com a República do Congo, e a Oeste com Camarões. A cidade de Bangui é a capital e, segundo ONU (2018), o país possui pouco mais de 4,4 milhões de habitantes.

A seguir, serão apresentados fatos históricos de acordo com a cronologia dos principais acontecimentos políticos recentes da RCA.

Campos *et al* (2016) descrevem que após anos de governos militares, o regime civil foi adotado em 1993, durando uma década. Em março de 2003, o presidente Ange-Félix Patrasse foi deposto por um golpe militar liderado pelo General François Bozizé, o qual estabeleceu um governo de transição que durou até 2005, quando eleições foram realizadas.

Naquele ano, o General Bozizé foi confirmado como presidente, sendo reeleito em 2011. Como o referido pleito eleitoral suscitou questionamentos, grupos iniciaram ações impeditivas contra o governo. A partir daí, teve início conflito armado entre o governo local e os rebeldes. As forças rebeldes conhecidas como Coalizão Séléka (no idioma Sangho, Séléka significa “aliança”), majoritariamente muçulmana, capturaram muitas das grandes cidades nas regiões Central e Leste do país. No ano seguinte, os rebeldes do Séléka (contrários ao governo de situação) tentaram um processo de negociação de paz para a formação de um governo de coalizão. Logo em seguida, esses mesmos rebeldes dissolveram o governo de coalizão e tomaram a capital, forçando o Presidente Bozizé a deixar o país, estabelecendo um governo de transição que durou 3 anos (CAMPOS *et al*, 2016).

Em setembro de 2013, Michel Djotodia anunciou a dissolução do Séléka. Com isso, este grupo passou a se denominar Ex-Séléka, e se dispersou pelo campo, cometendo atrocidades em massa, como execuções, estupros e saques, além de aumentar a tensão religiosa. Cumpre salientar que 80% da população da RCA é cristã.

Campos *et al* (2016) concluem que no final daquele ano, verificou-se redução da capacidade de atuação adequada das forças armadas, fomentada pela questões de animosidades relativas a divisões étnicas e religiosas entre grupos cristãos e muçulmanos. A violência interna na República Centro-Africana tomou vulto, causando

falência nas instituições do Estado, particularmente na capital Bangui. O declínio da situação resultante no país teve como consequência o grande número de mortos e feridos, decorrentes dos atos de violência contra civis, causando problemas humanitários, por conta dos deslocados e dos refugiados.

Vale destacar que o Escritório de Consolidação da Paz das Nações Unidas na RCA (BINUCA), implantado em janeiro de 2010, com a missão de apoiar a implementação do processo de transição, apoiar a prevenção de conflitos e promover e proteger os direitos humanos, entre outros, acompanhou a escalada da violência na RCA iniciada em dezembro de 2013 (ONU, 2018).

Para mitigar a onda de violência na RCA foi estabelecida a Missão de Suporte à RCA sob a liderança Africana (MISCA). Esta Organização era composta por países da União Africana (UA), e apoiada por uma força militar francesa (Operação SANGARIS) e pela Força da União Europeia (EUFOR/RCA) (ONU, 2018).

Com o país vivendo uma crise de violência interna de cunho religioso e político, o Presidente interino Michel Djotodia foi pressionado a renunciar ao cargo em janeiro de 2014. Assim, o Conselho Nacional de Transição elegeu Catharina Samba-Panza para ser a Presidente Interina.

Segundo ONU (2018), com a escalada da violência o Conselho de segurança das Nações Unidas aprovou a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA), por meio da Resolução nº 2149, de abril de 2014.

5.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E DE INFRAESTRUTURA

A República Centro-Africana possui uma área de cerca de 622.000 km² e é um dos poucos países africanos sem saída para o mar. Essa característica mostra ser um fator complicador para o planejamento e para a execução do apoio logístico à MINUSCA pela ONU (BRASIL ESCOLA, 2018).

A RCA se encontra entre as duas depressões das bacias do Chade e do Congo. A zona de savana ocupa grande parte do país. A parte do Norte (mais próxima ao Sahel) não possui árvores e eleva-se a mais de 4.000 pés, enquanto a parte Sul do país está a 2.000 pés e possui florestas tropicais densas. O clima da RCA é tropical. A estação chuvosa vai de maio a outubro no Sul e de junho a setembro no Norte do país. Nesse período, o deslocamento rodoviário pelas estradas não pavimentadas

torna-se muito dificultado e, por vezes, intransponível. As estradas pavimentadas estendem-se na maior parte da Rota Principal de Suprimento, entre Camarões e Bangui, e de Bangui a Sibut (ONU, 2017).

Segundo ONU (2017), há ocorrência de inundações e ventanias quentes, secas e empoeiradas nas regiões do norte do país, pela proximidade com o clima desértico. Existem recursos naturais em diamantes, urânio, e energia hidrelétrica, entre outros. Uma fonte de tensão entre os grupos é o controle das minas de diamantes no país. Além desse ambiente severo, grande parte da população enfrenta pobreza endêmica e generalizada que gera tendência para realizar ações de banditismo, como erguer barreiras para cobrar taxas de civis. Essa tendência poderia pôr em perigo a liberdade de circulação da Missão. Além disso, esses comportamentos criminosos são muitas vezes sobrepostos às atividades dos diferentes grupos armados.

5.2 A MINUSCA

5.2.1 O Mandato

Brasil (2017) sintetiza que o objetivo estratégico do atual mandato é apoiar a criação de condições favoráveis para a redução sustentável dos grupos armados e das ameaças que representam. Para tal, a missão considera a rearticulação das forças militares e policiais, assim como a possibilidade de aumento das capacidades da MINUSCA para ser implementadas a partir do novo mandato.

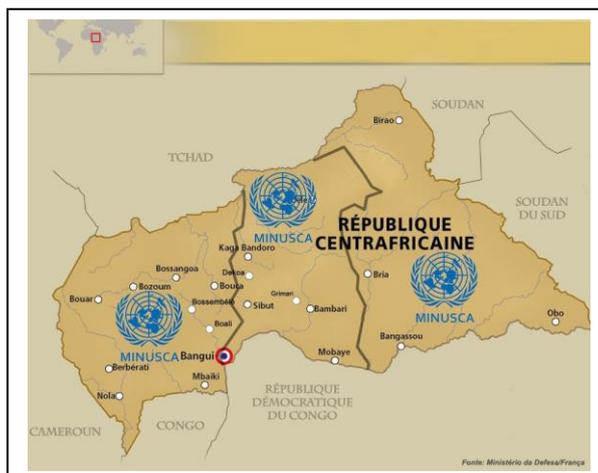


Figura Nr 05: República Centro-Africana.
Fonte: Defesa Aérea Naval, 2014.

Conforme ONU (2018b), o mandato da MINUSCA, estabelecido pela Resolução 2149/2014 do CSNU, prevê, entre outras, tarefas adicionais e tarefas prioritárias como:

- fornecimento de suporte para o governo de transição;
- facilitação da ajuda humanitária;
- proteção das Nações Unidas em pessoal e em equipamento;
- promoção e proteção dos direitos humanos;
- suporte para aplicação das leis internacionais e nacionais;
- Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) e Desarmamento, Desmobilização, Reintegração e Repatriamento (DDRR); e
- Proteção de Civis (POC).

A situação no País está extremamente volátil e imprevisível, com uma forte tendência de desestabilização política em curto espaço de tempo (BRASIL, 2016).

5.2.2 As Forças Desdobradas

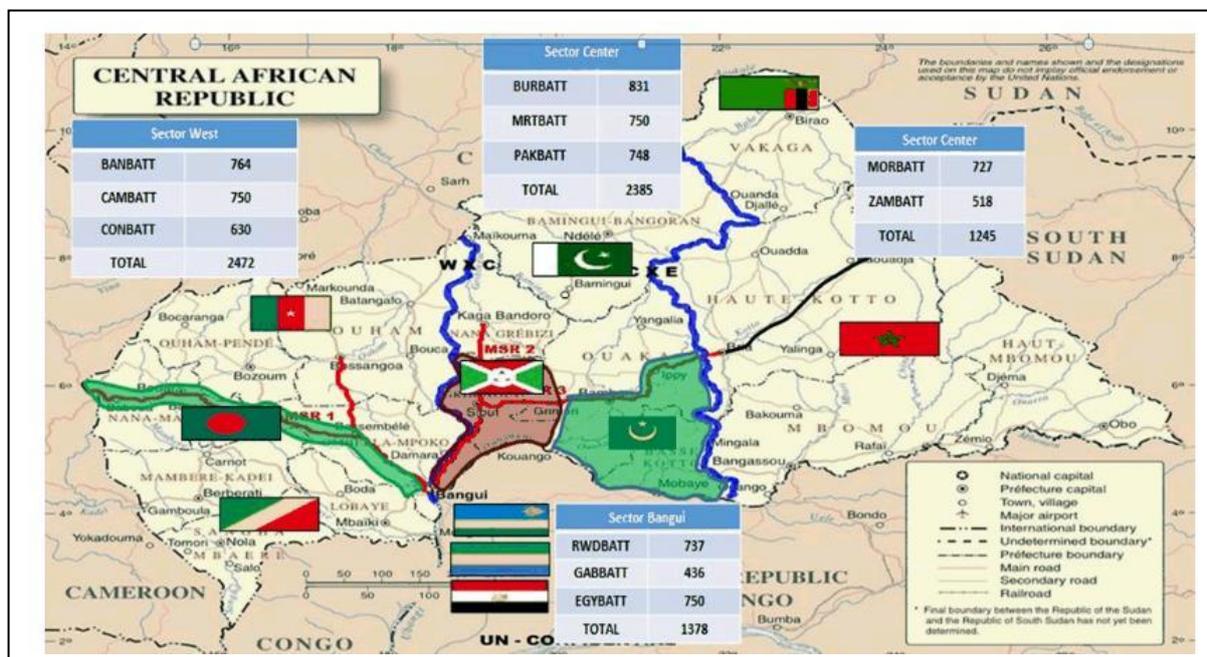


Figura Nr 06: Disposição das Forças da ONU (2016).
Fonte: Brasil (2016).

Transcrevendo a ilustração acima, a ONU dividiu a MINUSCA em quatro setores. A MINUSCA conta com, aproximadamente, 10 Batalhões de Infantaria pertencentes a diferentes países, assim distribuídos (em 2018):

- Setor Oeste: Bangladesh, Congo e Camarões;
- Setor Central: Paquistão, Burundi e Mauritânia;
- Setor Leste: Marrocos e Zâmbia; e
- Setor Bangui: Ruanda, Egito e Gabão.

Além das tropas de emprego operacional, ONU (2018b) representa em sua página oficial a existência de contingentes de policiais de países como, Senegal, Jordânia, Costa do Marfim, Burkina Faso e Tunísia, somando mais de 12 mil integrantes. Não estão representados acima os efetivos de funcionários da ONU, dentre internacionais e locais, totalizando quase 15 mil pessoas na MINUSCA.

Nessa perspectiva, importa ressaltar a grande permeabilidade de projeção de atuação das tropas brasileiras, seja em relação à condução de suas missões, seja no uso de seus equipamentos “*made in Brazil*”.

6. CONCLUSÃO

Projeção do Poder Nacional é o processo pelo qual a Nação aumenta, de forma pacífica, sua influência no cenário internacional, por intermédio da manifestação produzida com recursos de todas as Expressões de seu Poder Nacional (BRASIL, 2014).

Sob esse prisma, é mister enfatizar que a projeção do Poder Nacional é resultante de manifestações de todas as suas Expressões (Psicossocial, Ciência e Tecnologia, Política, Econômica e Militar).

Por seu turno, este trabalho visou a somente verificar a contribuição de aspectos que podem tangenciar a Expressão Política para o aumento do Poder Nacional em caso de participação brasileira na MINUSCA. No entanto, devido à decisão de realizar breve análise dos fatores de sucesso da MINUSTAH, foram consideradas análises transversais de elementos de Expressões do PN de natureza diversa da Expressão Política.

Em outras palavras, as características de relevância, manifestadas dentro das diferentes Expressões do Poder Nacional, intimamente relacionadas ao sucesso da participação do Brasil naquela missão de paz no Caribe, convergem para o fortalecimento da Expressão Política do PN do Brasil. Como já visto, é esta Expressão que sobressai dentre as demais, pois é aquela responsável pela fixação dos Objetivos Nacionais.

O PN forma um conjunto que só permite dissociação para fins didáticos. Para Brasil (2014), o Poder Nacional só pode ser dividido para se compreender seus elementos estruturais segundo suas manifestações, que se processam por intermédio de suas cinco Expressões.

Concluída a descrição sobre o foco através do qual o PN foi abordado no presente trabalho, passaremos, a seguir, ao alinhamento buscado pela PND.

O estudo de novas tendências nas operações de paz da ONU está diretamente ligado aos interesses nacionais. A Política Nacional de Defesa (PND) de 2012 estabelece entre seus objetivos que o Brasil deverá aperfeiçoar o preparo das Forças Armadas para desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais, como a ONU, para ampliar a projeção internacional do país (PND, 2012, p.33 *apud* AMÉRICO, 2016).

HOLCSIK (2010) e Peri (2018) complementam seus raciocínios e traçam um paralelo entre a melhoria das capacidades das Forças Armadas, com melhores condições de cumprimento das missões de paz sob a égide de organismos internacionais, resultando em maior projeção de poder nacional. Dessa forma, alguns dos projetos estratégicos das Forças Armadas a serem utilizados na RCA, contribuiriam positivamente na busca de maior protagonismo e incremento do poder nacional.

Adicionalmente, FONTOURA E UZIEL (2017) concluem sobre a participação do Brasil na MINUSTAH e sua intenção de projeção mundial, reforçando que, como “potência emergente”, a contribuição para as missões [de paz] representa uma manifestação da vontade e da capacidade de contribuir efetivamente para a paz e segurança globais. Os mesmos autores complementam que a projeção internacional não advém somente do envio de tropas. Segundo eles, se um país como o Brasil quiser beneficiar-se da participação em missões de paz, deve preparar-se para contribuir com projetos de apoio à recuperação pós-conflito. A ligação das afirmações acima com a MINUSCA pode ser relacionada com o projeto implementado no Haiti pela ONG Viva Rio. Ou seja, em caso de ativação de ações semelhantes na RCA por iniciativa do Governo brasileiro, atuando orientado pelas premissas de sua política externa, resultando em um maior engajamento nas causas relativas ao suporte ao país afetado após sua estabilização, pode, na visão dos autores, elevar o perfil do Brasil.

Conforme descrito neste trabalho, o paralelo traçado entre a década de funcionamento da MINUSTAH e o provável emprego na RCA, mesmo que de forma superficial, serviria para buscar demonstrar os possíveis pontos de intercessão entre as duas missões e a capacidade destes em servirem de instrumentos para a projeção de poder pelo Brasil. Dessa forma, a atuação brasileira no Haiti tornou-se a base sobre a qual este trabalho foi realizado.

O protagonismo atingido pelo Brasil no contexto de missões de paz, certamente abriu caminho para destaque no cenário internacional. Isso se confirma pelo fato de que durante os anos de duração da MINUSTAH, o Brasil foi membro não-permanente do Conselho de Segurança, de 2004 a 2005 e de 2010 a 2011. Sob o entendimento de Teixeira e Hamann (2017) aquelas oportunidades permitiram ao Brasil expressar posições aprimoradas sobre o Haiti e sobre as operações de manutenção da paz de

forma ampla, trazendo vários frutos políticos também decorrentes dos sucessivos êxitos logrados pelos brasileiros que atuaram nas várias esferas que envolveram a MINUSTAH.

As evidências daquele protagonismo também se fazem perceber pelas nomeações de militares brasileiros para chefiarem importantes missões das Nações Unidas. O comando da MINSUTAH, desde o seu início, a sequência de almirantes brasileiros comandando a UNIFIL, nos últimos contingentes e, recentemente, a indicação do General Elias para comandar a MONUSCA, na República Democrática do Congo, permitem ir de encontro ao pensamento de Moraes (2017) a respeito do reconhecimento de que o Brasil dispõe no âmbito da comunidade internacional.

Ainda referente ao Haiti, vale destacar a complementaridade das atuações militares e civis. Os cenários de extrema violência, empreendidos por gangues, principalmente nos bairros de Cité Soleil e Bel Air, testemunhados pelos primeiros observadores da MINUSTAH, rotularam-na como uma “missão impossível”. A partir de então, as lideranças da MINUSTAH estabeleceram novas estratégias de emprego de civis em apoio paralelo às ações militares, levando ao Haiti a ONG Viva Rio, a qual atuou de forma a se aproximar das lideranças comunitárias locais, reduzindo os níveis alarmantes de violência, como verificado nos seis acordos de paz celebrados entre 2007 e 2010, por intermédio daquela organização. A iniciativa contribuiu para o sucesso da missão, e poderá ser verificada a possibilidade de utilização, na MINUSCA, dessa forma de atuação sinérgica entre o componente militar, ONG e as comunidades, auxiliando no sucesso da missão e na projeção do Brasil.

Ao se destacar as atividades voltadas para a comunidade, cumpre trazer à tona o legado deixado pela Companhia de Engenharia de Força de Paz no Haiti (BRAENGCOY). Os trabalhos humanitários desenvolvidos por essa força em território haitiano, tais como milhares de vias recuperadas e asfaltadas, dezenas de poços artesianos perfurados, recuperação de escolas, hospitais, foram essenciais para revelar à ONU e ao mundo a excelência do engenheiro militar brasileiro. Da mesma forma, dada a realidade encontrada atualmente na RCA, demonstra ser altamente recomendável o desdobramento de tropa de Engenharia, compondo o batalhão brasileiro, o qual, por seu turno, prestará importante papel à missão e à visibilidade do Brasil no exterior.

O *Brazilian Way of Piecekeeping* também deu contribuição destacada na MINUSTAH. Nesta perspectiva, as afirmações do antigo Comandante do Exército Brasileiro, Enzo Martins Peri, resumem de forma bastante objetiva a importância daquela denominação dada ao modo brasileiro de atuação. Segundo ele, o valor moral e ético do soldado brasileiro foi um dos fatores decisivos que contribuíram para o sucesso da MINUSTAH. Complementa, ainda, que a tropa confirmou a sua capacidade de tolerância e de adaptação às novas realidades que se apresentaram, servindo de exemplo de demonstração de respeito ao povo e à cultura haitiana. Tais afirmações reforçaram as opiniões de Kawaguti (2017), Chouloute (2017) e Honoré (2017). O general também sustenta que a atitude do soldado brasileiro conquistou a confiança, a admiração e o respeito dos habitantes locais, atenuando a miséria por meio da solidariedade, tornando-os verdadeiros mensageiros da paz, projetando o Brasil no contexto das Nações Unidas. Obviamente, é plausível supor que o BWP poderá se manter como ferramenta de importância em caso de atuação do CONTBRAS/RCA.

Merece ressaltar a participação do componente que prestou suporte logístico ao Contingente Brasileiro de Força de Paz no Haiti. A grandiosidade e a competência das atividades logísticas desenvolvidas no Haiti, recebendo inclusive avaliações positivas por parte das avaliações da ONU, tornaram-se exemplo no contexto da Organização. Nesse sentido, Areco (2018) registra a difícil e exitosa tarefa de reversão do CONTBRAS/Haiti, onde pessoal e material foram repatriados, com excelência e total segurança, não sendo registradas quaisquer ocorrências de acidentes. Na mesma direção, Pinheiro (2018), concluiu que as atividades logísticas causaram excelente impressão na comunidade internacional. A logística que envolverá a mobilização dos meios para operação na RCA mostra-se um desafio maior do que a encontrada no Haiti. No entanto, os ensinamentos obtidos na MINUSTAH poderão contribuir sobremaneira para operacionalizá-la.

Trabalhando de forma abrangente e tangenciando os matizes de sucesso das forças brasileiras no Haiti, a contribuição do CCOPAB é ponto de a ser destacado. De acordo com Machado e Cavalcanti (2018), a projeção do Centro no cenário internacional se deve, sobremaneira, ao reconhecido destaque no preparo dos contingentes brasileiros e dos militares designados para as diversas missões no exterior. O CCOPAB também tem participado em fóruns internacionais e em

simulações de emprego em operações de paz sob a égide da ONU, como sua participação no Exercício VIKING 2018. O maior exercício de simulação do mundo contou com a participação de 2.500 pessoas de cerca de 50 países e de 80 organizações internacionais e não governamentais, cabendo ao Brasil, coordenar a atividade, a qual, pela primeira vez, foi realizada fora da Europa. A partir desse prisma, o General Silva e Luna, atual Ministro da Defesa do Brasil, destacou o crescente interesse internacional no modo de atuação exitoso em missões de paz. Para ele, a preparação dos efetivos está diretamente relacionada ao sucesso das tropas. Na mesma direção, Oliveira (2018) apontou que o êxito brasileiro gerou uma demanda de muitos países que antes não conheciam o Brasil, para assinaturas de acordos de defesa”.

Particularmente às ações humanitárias, a experiência vivida pelo CONTBRAS/HAITI teve características marcantes que consolidaram o BWP e conseqüentemente a projeção positiva do Brasil internacionalmente. Os aspectos a ressaltar englobam as catástrofes naturais que assolaram o país. O terremoto, em 2010, os Furacões *Matthew* e *Irma*, em 2016 e em 2017, respectivamente, afloraram a empatia, a solidariedade e o espírito de cumprimento de missão do soldado brasileiro. Merece sublinhar que, por ocasião da passagem do *Irma*, o contingente brasileiro, já em processo de mobilização por término da missão, interrompeu seus preparativos e permaneceu de prontidão e em condições de, mais uma vez, auxiliar o povo haitiano.

A utilização de materiais militares nacionais no exterior, aliada às experiências de sucesso no emprego de tropas brasileiras em missões de paz, formam um binômio de podem trazer resultados positivos para a projeção de PN do Brasil. Em caso de desdobramento de grande contingente brasileiro na RCA, dois importantes produtos da modernização das Forças Armadas brasileiras poderão ser empregados. A utilização da aeronave KC-390 para transporte de material e de carga, bem como o porte do Fuzil de Assalto 5,56 mm IA2 pelos militares serão, certamente, alvos de observação por parte da comunidade internacional. Essa demonstração, ao mesmo tempo em que projeta poder, poderá render benefícios ao Brasil, na medida em que uma possível comercialização de materiais de defesa brasileiros para países amigos impulsionaria a economia nacional, contribuindo para maior inserção do País no concerto internacional.

Por fim, tendo em vista todo o exposto no presente trabalho, é possível inferir que as tropas brasileiras na RCA, caso empregadas, enfrentarão novos desafios, ao atuar em ambiente operacional diverso daquele encontrado no Haiti.

De qualquer forma, as mais de cinquenta missões de paz que o Brasil participou, culminando com os treze anos de experiência no Haiti, bem como as oportunidades de oficiais generais brasileiros de comandarem missões importantes no continente africano, aliadas à característica peculiar de operar pela manutenção da paz do brasileiro, certamente serão vetores de relevância para o cumprimento das missões que possam se apresentar na RCA. Todo esse *know-how* levou o Brasil a obter significativo respeito dentro das Nações Unidas. E, a cada missão bem cumprida sob a égide daquele organismo internacional, mais o Poder Nacional encontrará espaço para ampliação, criando-se dessa forma um ciclo que elevará constantemente a posição do País no concerto das nações.

7. REFERÊNCIAS

AGUILAR, Sérgio. **Uma Cultura Brasileira de Missões de Paz** *Apud* Brigagão, Clóvis; e Fernandes, Fernanda. *Diplomacia Brasileira para a Paz*. MRE, 2012.

ARECO, Silvio Roberto Nema. Artigo publicado na Revista Verde-Oliva, nº 241, edição especial, Brasília-DF, maio de 2018.

BARROS, Otávio Santana do Rêgo. Editorial escrito para a Revista Verde-Oliva, nº 241, edição especial, Brasília-DF, maio de 2018.

BEIRÃO, A. P. **Aspectos Político-Legais e Legal-Militares da Participação Brasileira em Operações de Manutenção da Paz da ONU, pós-1988**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BRACEY, Dijuan. **O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU: os casos do Timor Leste e Haiti**. Contexto Internacional, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292011000200003> Acesso em 14 de março de 2018.

Brasil Escola. República Centro-Africana. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/república-centroafricana.htm> Acesso em 14 de março de 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2012.

_____. _____. 2015. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/15950-companhia-brasileira-de-engenharia-de-forca-de-paz-completa-uma-decada-no-haiti>>. Acesso em 02 de junho de 2018.

_____. _____. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Projeto SETA. **Possibilidades de Emprego das Forças Armadas Brasileiras em Missões de Paz da ONU**. Brasília-DF, 2016.

_____. _____. Subchefia de Operações de Paz. Visita Técnica - **Relatório de Missão no Exterior**, Brasília-DF, 2017.

_____. _____. Marinha do Brasil. **Força-Tarefa Marítima da UNIFIL no Líbano tem novo Comandante**. 21 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/forca-tarefa-maritima-da-unifil-no-libano-tem-novo-comandante>>. Acesso em 08 de agosto de 2018c.

_____. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Rio de Janeiro, 2017a.

_____. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-occopab>> Acesso em 14 de março de 2018.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

_____. COTER. Comando de Operações Terrestres. **Exercício VIKING 2018**. 2018a. Disponível em: <<http://www.coter.eb.mil.br/index.php/concepcao-geral>> Acesso em 21 de março de 2018.

_____. ECEME. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Curso De Preparação e Seleção. **Expressões do Poder Nacional**, Rio de Janeiro, 2013.

_____. EME. Estado-Maior do Exército. 2018b. Disponível em: <<http://www.eme.eb.mil.br/index.php/missao>. 21 mar 18> Acesso em 21 de março de 2018. Pag 10

_____. ESG. Escola Superior de Guerra - Manual Básico - Volume I, Rio de Janeiro, 2014 (em revisão).

_____. MRE. Ministério das Relações Exteriores. **O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU**, 2018a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz>> Acesso em 13 de março de 2018.

_____. _____. **O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU**, 2018b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/137-o-brasil-e-o-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas>> Acesso em 09 de maio de 2018.

BRAUN, Pedro. **Apreciações sobre a Tropa Brasileira**. Texto publicado na Revista Verde-Oliva, nº 241, edição especial, Brasília-DF, maio de 2018.

CAMPOS *et al.* **O conflito na República Centro-Africana**. Série Conflitos Internacionais. Observatório de Conflitos Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP), 2016.

CHOULOUTE, Mario. **Apreciações sobre a Tropa Brasileira**. Texto publicado na Revista Verde-Oliva, nº 241, edição especial, Brasília-DF, maio de 2018.

DEFESA AÉREA NAVAL. Disponível em: <<http://www.defesaaereanaval.com.br/opinio-o-brasil-e-a-minusca/>> Acesso em 13 de março de 2018.

Defesanet. **Soldados Brasileiros Têm Conduta Exemplar**, publicada em 28 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/ph/noticia/27807/Soldados-brasileiros-tem-%E2%80%9Cconduta-exemplar%E2%80%9D--diz-chefe-de-Missoes-de-Paz-da-ONU/>> Acesso em 13 de março de 2018.

EMBRAER. KC-390. 2018. Disponível em: <<https://defense.embraer.com/br/pt/kc-390>> Acesso em 18 de agosto de 2018.

FERNANDES, Rubem César. **Respeito e Honra ao Haiti**. Artigo publicado na Revista Brasil - MINUSTAH – 2004 (CCOPAB e Instituto Igarapé). A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Edição especial - Coletânea de artigos. Rio de Janeiro, 2017.

FERREIRA, Eduardo Bacellar Leal. Palestra ministrada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2018.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da e UZIEL, Eduardo. **A MINUSTAH, o Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Artigo publicado na Revista Brasil - MINUSTAH – 2004 (CCOPAB e Instituto Igarapé). A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Edição especial - Coletânea de artigos. Rio de Janeiro, 2017.

HELLE, Yvonne. Haiti: *3 months after Hurricane Matthew, 7 years after the earthquake*. **Artigo virtual publicado em 11 Jan 2017**. *United Nations Development Programme*. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/undp/en/home/blog/2017/1/11/Three-months-after-Hurricane-Matthew-seven-years-after-the-earthquake.html>> Acesso em 13 de março de 2018.

HOLCSIK, Eduardo. **Imposição da Paz: a pacificação de Cité Soleil e sua contribuição para a projeção do poder nacional brasileiro** (Trabalho de Conclusão de Curso) - ECEME, 2010.

HONORÉ, Sandra. **Apreciações sobre a Tropa Brasileira**. Texto publicado na Revista Verde-Oliva, nº 241, edição especial, Brasília-DF, maio de 2018.

INSTITUTO IGARAPÉ. **Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016** - edição especial - coletânea de artigos. Artigo estratégico 13, 2015.

JUNIOR, Anísio David de Oliveira. **Simpósio Internacional Brasil no Haiti – Um Caso de Sucesso 2004-2017**. Brasília-DF, 2017.

KAWAGUTI, Luis. **Apreciações sobre a Tropa Brasileira**. Texto publicado na Revista Verde-Oliva, nº 241, edição especial, Brasília-DF, maio de 2018.

KENKEL, Kai Michael. **Interesses e Identidade na Participação do Brasil Em Operações De Paz**. Revista Tempo do Mundo - rtm - v. 3 - n. 2, agosto de 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MACHADO, Jonny Ferreira. **A atuação da Companhia de Engenharia de Força de Paz na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH: colaborando para a projeção do Poder Nacional**, 2009.

MACHADO, Marco Antônio Estevão e Cavalcanti, Carlos Alberto M. **Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil – Importância para o Brasil e para o Mundo**. Revista Verde-Oliva, nº 241, edição especial, Brasília-DF, maio de 2018.

MENDONÇA, Marcos Venicio. **Brasil no Haiti, um caso de sucesso: uma análise da missão brasileira no Haiti**. Artigo publicado na Revista Brasil - MINUSTAH – 2004 (CCOPAB e Instituto Igarapé). A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Edição especial - Coletânea de artigos. Rio de Janeiro, 2017.

MICHAELIS. Dicionário Escolar de Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos, São Paulo, 2008.

MIRANDA, André Luis Novaes. **A pacificação de Bel Air**. Artigo publicado na Revista Brasil - MINUSTAH – 2004 (CCOPAB e Instituto Igarapé). A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Edição especial - Coletânea de artigos. Rio de Janeiro, 2017.

MUGGAH, Robert. **Reflexões sobre a Contribuição da Minustah à Segurança e Estabilidade (2004-2014)**. Artigo publicado na Revista Brasil e Haiti: Reflexões sobre os 10 anos da Missão de Paz e o Futuro da Cooperação após 2016 (CCOPAB e Instituto Igarapé) - edição especial - coletânea de artigos. Artigo estratégico 13, 2015.

OLIVEIRA, Nelson Antônio Tabajara de. **Apreciações sobre a Tropa Brasileira**. Texto publicado na Revista Verde-Oliva, nº 241, edição especial, Brasília-DF, maio de 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. **ONU convida Brasil a participar de missão de paz na República Centro-Africana**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-convida-brasil-a-participar-de-missao-de-paz-republica-centro-africana/>> Acesso em 20 de março de 2018.

_____. Carta das Nações Unidas. 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>> Acesso em 12 de março de 2018.

_____. DPKO. Department of Peacekeeping Operations. **Definições para o Requerimento de um Batalhão de Reação na RCA**, Nova York, 2017.

_____. Nações Unidas. 2018e. **ONU alerta para aumento da violência na República Democrática do Congo**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-alerta-para-aumento-da-violencia-na-republica-democratica-do-congo/>>. Acesso em 08 de junho de 2018.

_____. Nações Unidas. Aspectos Geográficos. 2018a Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2015/11/1532481-republica-centro-africana-tem-cinco-medicos-para-cada-100-mil-pessoas> > Acesso em 12 de março de 2018.

_____. Nações Unidas. 2018b. Disponível em: <<https://minusca.unmissions.org/en/about>> e <<https://peacekeeping.un.org/en/mission/minusca> > Acesso em 27 de março de 2018 e em 03 de agosto de 2018.

_____. Nações Unidas. 2018d. **ONU nomeia brasileiro para chefiar militares na missão de paz da República Democrática do Congo**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-nomeia-brasileiro-para-chefiar-militares-na-missao-de-paz-da-republica-democratica-congo/>>. Acesso em 25 de maio de 2018.

PEREIRA, Luiz Eduardo Ramos. **O Force Commander**. Revista Verde-Oliva, nº 241, edição especial, Brasília-DF, maio de 2018.

PERI, Enzo Martins. **Simpósio Internacional Brasil no Haiti – Um Caso de Sucesso 2004-2017**. Distrito Federal, 2017.

PERI, Enzo Martins. **A Missão Brasileira no Haiti**. Revista Verde-Oliva, nº 241, edição especial, Brasília-DF, maio de 2018.

PINHEIRO, Ajax Porto. Matéria publicada no *site* Nações Unidas no Brasil. **ONU convida Brasil a participar de missão de paz na República Centro-Africana**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-convida-brasil-a-participar-de-missao-de-paz-republica-centro-africana/>> Acesso em 20 de março de 2018.

PINHEIRO, Ajax Porto. Revista Verde-Oliva, nº 241, edição especial, Brasília-DF, maio de 2018.

PINTO, Alexandre da Silva. **O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas: uma visão analítica para a projeção do Poder Nacional**. Rio de Janeiro, 2013.

REIS, Flavio de Carvalho Moura e Ferreira Américo dos. **Uso da Força em Operações de Paz das Nações Unidas: um projeto de pesquisa** (Programa de Pós-Graduação *latu sensu*) – ECEME, Rio de Janeiro, 2016.

TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires e HAMANN, Eduarda Passarelli. Apresentação da Revista Brasil - MINUSTAH – 2004 (CCOPAB e Instituto Igarapé). A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Edição especial - Coletânea de artigos. Rio de Janeiro, 2017

UFRS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Métodos de Pesquisa**, 2009.

VERDE-OLIVA. **Brasil no Haiti - Um Caso de Sucesso / 2004 - 2017**. Centro de Comunicação Social do Exército. Edição especial, nº 241, Brasília-DF, 2018.

YOSHIDA, Marcelo. **Cenário político, social e econômico para a desmobilização do componente militar da MINUSTAH: uma proposta** - Volume 1 – Tese de Doutorado – Escola de Comando e estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, 2011.